



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

---

**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**

---

**CLIPPING**  
**13 de janeiro**  
**de 2021**

# MP cobra prazo ao governo para início da vacinação contra a Covid-19 em SL

O Ministério Público do Maranhão (MP), por meio da Promotoria de Saúde, cobrou pela segunda vez do Município de São Luís a apresentação de prazos para o início da vacinação contra a Covid-19. A capital - que não especificou prazo para a campanha até o fechamento desta edição - já possui plano específico para a aplicação das doses, no entanto, depende do envio das vacinas pelo Ministério da Saúde (MS). O plano foi entregue ontem pelo secretário de Saúde da capital, Joel Nunes Júnior, a promotora Glória Mafra.

O primeiro encontro entre MP e Prefeitura aconteceu na semana passada. Além de saber acerca do cronograma de aplicação da vacina, o MP também apontou para a necessidade de estabelecer a quantidade mínima de doses para as primeiras fases de imunização da população.

O Município, por sua vez, detalhou este e outros itens no Plano de Vacinação.

De acordo com a coordenação do Programa de Imunização da Secretaria Municipal de Saúde (Semus), serão necessárias 296.516 doses da vacina contra a Covid-19 para proteger os públicos específicos das primeiras fases da campanha. Dentre eles, trabalhadores da saúde, pessoas acima de 75 anos, pessoas em institutos de longa permanência, além de indivíduos com comorbidades.

O Município informou ainda a O Estado que serão necessárias, em seu estoque, 326.168 seringas e agulhas.

O cálculo é feito com base em uma margem de 10% a mais, considerando perdas do material. Até o momento, o Município não confirmou se os itens constam na reserva de materiais da capital.

Agilidade A promotora de Saúde, Glória Mafra, disse que é necessário agilizar a elaboração do calendário para a aplicação da vacina. "O **Ministério Público** vem acompanhando e fiscalizando, atentamente, essa questão com antecedência. Não podemos esperar para planejar a imunização apenas quando as vacinas chegarem ao Maranhão", afirmou.

O secretário de Saúde de São Luís, Joel Nunes Júnior, afirmou que a construção da estrutura logística e de

materiais para a imunização é prioridade na gestão atual. "Desde que assumimos a pasta, este tema é prioritário. Fizemos várias reuniões com nosso setor de imunização, apresentamos um plano de vacinação ao **Ministério Público** considerado satisfatório e estamos no aguardo das doses para começar a aplicar na população", afirmou.

Na segunda-feira (11), o secretário de Saúde do Estado, Carlos Lula, durante apresentação do Plano de Vacinação Estadual - que ainda não prevê data para o início da campanha até a manhã de ontem, 12 - disse que se reuniria com gestores locais nesta semana.

"Vamos conversar de forma remota ou presencial com estas pessoas para definir, em cada local, a aplicação das doses", disse.

Segundo Lula, a ideia da SES é padronizar a vacinação em todo o Estado, ou seja, viabilizar a campanha no maior número possível de cidades em uma mesma data. No dia 18 do mês passado, o MP - por meio da 2ª Promotoria de Justiça de **Defesa da Saúde** deu prazo de 10 dias para que o Estado encaminhasse o Plano de Vacinação.

Somou-se a isso o encaminhamento feito pelo deputado estadual do Bloco de Oposição da Assembleia, César Pires (PV). Ele formalizou pedido de informação acerca da sequência de ações para a imunização no Estado na semana passada.

Sem reunião Membros da nova gestão da Prefeitura de São Luís ainda não se reuniram com a atual gestão pública estadual para definir as estratégias de vacinação.

Na segunda-feira, 11, a apresentação do Plano Estadual de Vacinação não contou com a presença de membros da saúde ludovicense.

Até o momento, de acordo com o que O Estado apurou, não há previsão de encontro entre as partes.

O Município, por sua vez, alega que necessita do recebimento das doses, como ocorre em outras campanhas de imunização, do Estado para começar a vacinação contra a Covid-19.

**Site:**

**<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2021/01/13>**

**/**

# Imunização ainda longe - ESTADO MAIOR

## ESTADO MAIOR

Não há como pensar que a questão da vacinação no Maranhão percorre um movediço caminho de incertezas, apesar da postura de seus gestores que tentam passar a ideia de que a imunização contra o novo coronavírus no estado já bate à porta dos maranhenses.

Infelizmente, não é assim. Um plano estadual foi anunciado com público prioritário, um esquema de armazenamento e distribuição e até com data prevendo início da vacinação.

Na prática, resumindo, não há certeza de nada já que o governo do Maranhão deixa claro que depende da compra das doses pelo Governo Federal. E depende da gestão de Jair Bolsonaro, que já disse mais de uma vez que a vacina será comprada desde que aprovada pela Anvisa, que já recebeu processos que por lá tramitam em passos de tartaruga.

Então, o otimismo das redes sociais e a propaganda enganosa que tudo está pronto no Maranhão para iniciar a imunização não passa de pitadas de jogadas políticas com doses de enganação.

O certo seria um processo com menos ideologia de praças (no caso do Governo Federal) e menos aproveitamentos políticos (no caso do governo do Maranhão). O certo seria o respeito com os maranhenses dando um panorama correto das possibilidades reais de vacinação.

Sem clareza Mesmo com um plano de vacinação, o governo estadual deveria deixar claro para o povo do Maranhão que a vacina não está tão próxima assim.

Isto ajudaria até para que a sociedade mantivesse os cuidados previstos nas regras sanitárias para evitar novas contaminações.

Com a ideia de que tudo já está pronto para iniciar a vacinação pode levar a um relaxamento dos cuidados e voltar a crescer as contaminações da Covid-19 no estado.

Crescimento E sobre contaminação, 67,42% de leitos de UTI da rede estadual disponíveis para atendimento de pacientes com Covid-19 já estão ocupados na ilha de São Luís.

Em Imperatriz, mais de 60% dos leitos de UTI também

já estão ocupados. Os dados começaram a preocupar.

O percentual vem crescendo a cada dia. Na capital, por exemplo, as regras como uso de máscara não estão sendo cumpridas dentro do previsto.

Plano municipal O Município de São Luís apresentou ontem ao **Ministério Público** Estadual o seu Plano de Vacinação.

Em um documento de pouco mais de 25 páginas, a Prefeitura detalha a estrutura física e logística necessária para a aplicação das doses.

Somente na primeira fase, serão necessárias quase 400 mil vacinas.

Só ainda não há previsão de doses ainda.

Estratégia Estiveram no encontro entre Semus e MP, além da promotora de Saúde, Glória Mafra, o secretário de Saúde de São Luís, Joel Nunes Júnior.

O gestor, aliás, tem se reunido com sua equipe de trabalho diariamente para traçar estratégias para o plano.

Que por enquanto ainda não tem data para execução, tendo em vista que aguarda o envio da vacina ou pelo governo federal ou pelo governo do Maranhão.

Operação A Polícia Federal cumpriu mandados de busca e apreensão no bojo da 79ª fase da Lava Jato. A operação de ontem, que aconteceu em São Luís também, foi denominada Vernissage".

Um dos alvo da operação foi o empresário Márcio Lobão, filho do ex-senador Edison Lobão.

A Operação investiga esquema de pagamento de propinas e fraudes em licitações na Petrobras e Transpetro.

Visita O deputado federal e candidato a presidente da Câmara Federal, Arthur Lira (PP-AL) esteve ontem em São Luís e esteve com o governador em exercício, Carlos Brandão (Republicanos).

Lira também se reuniu com o prefeito da capital, Eduardo Braide (Podemos). Tanto Brandão quanto Braide são de partidos que estão apoiando o candidato do presidente Jair Bolsonaro.

Nos encontros com o governador e o prefeito, Arthur Lira esteve também com deputados federais da bancada maranhense.

#### E MAIS

Entre os parlamentares que estiveram nas reuniões e também no almoço com o deputado Arthur Lira estavam Pastor Gil (PL), Pedro Lucas Fernandes (PTB) e Cléber Verde (Republicanos)..

Lira aproveitou o encontro não somente para falar com os deputados federais presentes, mas pedir apoio de Brandão e Braide junto aos deputados aliados..

O outro candidato a presidente da Câmara dos Deputados é Baleia Rossi (MDB).

Ele deve vir a São Luís também. A agenda já está sendo organizada.

**Site:**

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2021/01/13>  
/

# MPMA debate aspectos do plano estadual de imunização contra Covid-19

Em reunião realizada nesta segunda-feira, 11, na sede das Promotorias de Justiça da Capital, no Calhau, a promotora de justiça de **Defesa da Saúde** de São Luís, Glória Mafra, discutiu detalhes e solicitou esclarecimentos sobre o Plano Estadual de Imunização para a Covid-19 com representantes da Secretaria de Estado da Saúde (SES). "Participaram da reunião a secretária-adjunta da Política de Atenção Primária e Vigilância em Saúde, Waldeise Pereira; a superintendente de Epidemiologia e Controle de Doenças, Tayara Costa Pereira; e o secretário-adjunto Jurídico, Waldy Ferreira Neto." "De acordo com o plano estadual, a imunização deve ser iniciada pelo público prioritário, formado por idosos e pessoas com comorbidades. O objetivo do **Ministério Público** é garantir a correta destinação das vacinas em todos os municípios maranhenses." "Precisamos assegurar que toda a logística para distribuição, armazenamento e aplicação das vacinas garanta o acesso de todos os cidadãos do grupo prioritário, na primeira fase, quando as doses estiverem disponíveis.

Não podemos esperar para planejar a imunização apenas quando as vacinas chegarem ao Maranhão", afirmou Glória Mafra. "REQUISIÇÃO - A representante do **Ministério Público** do Maranhão lembrou, ainda, que, em 18 de dezembro do ano passado, a 2ª Promotoria de Justiça de **Defesa da Saúde** requisitou ao secretário estadual de Saúde, Carlos Lula, para produzir e encaminhar ao **MPMA**, no prazo de 10 dias úteis, o Plano Estadual de Imunização para Covid-19." "Na última quinta-feira, 7, Glória Mafra realizou outra reunião com representantes da SES e apontou aspectos sobre a imunização que deveriam ser observados para conclusão do documento. " O **Ministério Público** vem acompanhando e fiscalizando, atentamente, essa questão com antecedência." "A Requisição ministerial destacou que o Plano Estadual deveria contemplar, obrigatoriamente, as seguintes informações: público-alvo, cronograma de vacinação por fases, logística e recursos humanos (quantidade de doses, profissionais de saúde, seringas, agulhas e câmaras de refrigeração por município)." "O **MPMA** requisitou, ainda, à SES que o plano incluísse a quantidade de pontos estratégicos de armazenamento, caminhões refrigerados, viagens por caminhão durante todo o período de vacinação, quantidade de policiais para escolta e segurança dos caminhões que transportarão a vacina." "LOGÍSTICA" "Ao avaliar os itens do plano

com os representantes da SES, nesta segunda, a titular da 2ª Promotoria de Justiça de **Defesa da Saúde** de São Luís destacou que o intuito é buscar informações para que o número de vacinas a serem disponibilizadas, na primeira fase, seja o mais fiel possível a fim de evitar a falta do imunizante." (Johelton Gomes / CCOM-**MPMA**)

**Site:** <https://oprogressonet.com/edicao-digital/196/o-progresso--13-de-janeiro-de-2021>

# Em visita ao MPMA, vereadores Osmar Filho e Raimundo Penha discutem parcerias e projetos para São Luís

**Paulo Roberto**

Alinhar propostas em benefício da capital maranhense, esse foi o objetivo da visita de cortesia dos vereadores Osmar Filho e Raimundo Penha, (ambos do PDT), à sede da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão (PGJ), na manhã desta terça-feira (12).

Os parlamentares, além do procurador da Casa, Victor Cardoso, planejaram demandas pertinentes em prol da cidade e discutiram com o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, medidas urgentes que envolvam as duas instituições.

Durante a pauta, o presidente da Câmara, vereador Osmar Filho celebrou a visita e harmonia entre as esferas de Poder.

"Discutimos a importância de projetos voltados para os que mais precisam. Seguiremos trabalhando de forma harmoniosa com todos os Poderes, para fazer de São Luís, uma cidade cada vez melhor. Agradeço o procurador pela acolhida e receptividade", destacou o pedetista.

O encontro foi marcado por projetos específicos, entre eles: a celeridade na doação do prédio Solar do Ribeirão, a ser feita pela Prefeitura de São Luís e que precisa da aprovação do colegiado de vereadores.

Outro ponto foi à proposta das Promotorias de Justiça descentralizadas, neste caso, o apoio do Parlamento Ludovicense é fundamental na busca da concessão de um imóvel na zona rural para instalação do projeto.

Equivalente a isso, Penha ressaltou o encontro e enalteceu a parceria com a entidade.

"Nos foi apresentado um projeto que busca tornar a Justiça mais acessível para os cidadãos, que vão poder contar com atendimento do **Ministério Público** em vários pontos da cidade. Ótima iniciativa que com certeza vai trazer mais dignidade e ajudar a garantir os direitos dos ludovicenses!", finalizou o vereador.

Paralelo a isso também foi apresentado pela Procuradoria um plano macro de cunho social voltado

para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e população de rua da cidade.

Vale destacar que ao final da visita, os vereadores colocaram a Casa Legislativa em total disposição da Procuradoria, selando o compromisso em apreciar e debater os projetos, além de fortalecer o constante diálogo entre os Poderes.

**Site:** <https://blogdopauloroberto.com.br/2021/01/em-visita-ao-mpma-vereadores-osmar-filho-e-ramundo-penha-discutem-parcerias-e-projetos-para-sao-luis/>

# PGJ recebe presidente da Câmara Municipal e pede apoio para instalação de promotorias distritais

**Neto Cruz**

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, recebeu, na manhã desta terça-feira, 12, o presidente da Câmara Municipal de São Luís, Osmar Filho. O chefe do legislativo municipal veio à sede da Procuradoria Geral de Justiça acompanhado pelo vereador Raimundo Penha e do procurador-geral da Câmara, Vitor Cardoso.

Durante a visita, Eduardo Nicolau pediu o apoio da Câmara de Vereadores em uma série de projetos do **Ministério Público**. Um dos pontos foi a máxima agilidade na doação do Solar do Ribeirão, a ser feita pela Prefeitura de São Luís e que precisa da aprovação dos vereadores.

O prédio deverá abrigar uma Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão e uma das Promotorias de Defesa do Consumidor, além de outros órgãos integrantes do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor.

Acompanhado do diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão, Carlos Henrique Vieira, o procurador-geral de justiça também apresentou aos vereadores o projeto das Promotorias de Justiça descentralizadas e pediu o apoio da Câmara Municipal na busca por um imóvel na zona rural de São Luís, para que seja instalada mais uma unidade, além das cinco previstas inicialmente.

O vereador Osmar Filho celebrou a importância da iniciativa, ressaltando as dificuldades enfrentadas pela população da área rural da Ilha. Já Raimundo Penha lembrou que parte da população de São Luís têm dificuldades de acesso a serviços básicos e que a proximidade do **Ministério Público** dessas comunidades será um grande avanço na garantia da cidadania.

Outro projeto discutido com os representantes da Câmara, atualmente em fase de elaboração, trata da população de rua de São Luís. A ideia do procurador-geral de justiça é que se criem espaços em que essas pessoas possam receber alimentação e ter um lugar digno para fazer a sua higiene básica e dormir. Os vereadores também manifestaram seu apoio à

iniciativa.

Eduardo Nicolau também apresentou aos representantes da Câmara Municipal as instalações da Procuradoria Geral de Justiça, como o Espaço de Artes Márcia Sandes e o auditório do prédio, colocado à disposição do Legislativo.

**Site:** <https://netocruz.blog.br/2021/01/13/pgj-recebe-presidente-da-camara-municipal-e-pede-apoio-para-instalacao-de-promotorias-distritais/>



# Em visita ao MPMA, vereadores Osmar Filho e Raimundo Penha discutem parcerias e projetos para São Luís (Ações)

Por Câmara SLZ

Alinhar propostas em benefício da capital maranhense, esse foi o objetivo da visita de cortesia dos vereadores Osmar Filho e Raimundo Penha, (ambos do PDT), à sede da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão (PGJ), na manhã desta terça-feira (12).

Os parlamentares, além do procurador da Casa, Victor Cardoso, planejaram demandas pertinentes em prol da cidade e discutiram com o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, medidas urgentes que envolvam as duas instituições.

Durante a pauta, o presidente da Câmara, vereador Osmar Filho celebrou a visita e harmonia entre as esferas de Poder.

"Discutimos a importância de projetos voltados para os que mais precisam. Seguiremos trabalhando de forma harmoniosa com todos os Poderes, para fazer de São Luís, uma cidade cada vez melhor. Agradeço o procurador pela acolhida e receptividade", destacou o pedetista.

O encontro foi marcado por projetos específicos, entre eles: a celeridade na doação do prédio Solar do Ribeirão, a ser feita pela Prefeitura de São Luís e que precisa da aprovação do colegiado de vereadores.

Paralelo a isso também foi apresentado pela Procuradoria um plano macro de cunho social voltado para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e população de rua da cidade.

Vale destacar que ao final da visita, os vereadores colocaram a Casa Legislativa em total disposição da Procuradoria, selando o compromisso em apreciar e debater os projetos, além de fortalecer o constante diálogo entre os Poderes.

**Site:** <https://luiscardoso.com.br/acoes/2021/01/em-visita-ao-mpma-vereadores-osmar-filho-e-ramundo-penha-discutem-parcerias-e-projetos-para-sao-luis/>

# Ministério Público planeja ação para evitar aglomerações durante o carnaval no MA

Em nota divulgada na manhã desta quarta-feira (13), o **Ministério Público** do Maranhão informou que está planejando uma ação coordenada no sentido de evitar aglomerações durante o período de Carnaval no Estado.

De acordo com o **MPMA**, a iniciativa visa impedir situações que favoreçam o aumento de casos de Covid-19 no Maranhão, necessidade considerada preeminente pela instituição para proteger a saúde da população maranhense.

Confira abaixo a nota na íntegra do **Ministério Público** do Maranhão:

O **Ministério Público** do Maranhão, reforçando seu papel de defesa dos direitos da população e respeitando a independência funcional de cada membro, informa que está planejando uma atuação de forma coordenada para impedir aglomerações antes e durante o período de Carnaval, assim como tem feito desde o início da pandemia.

Esclarece ainda que evitar a ocorrência de situações que favoreçam o aumento de casos de Covid-19 no estado é uma necessidade preeminente.

O **Ministério Público** do Maranhão ressalta que, nos limites de suas atribuições, continuará atuando no sentido de proteger a saúde população maranhense.

**Site:**

<https://centraldenoticias.radio.br/2021/01/13/ministerio-publico-planeja-acao-para-evitar-aglomeracoes-durante-o-carnaval-no-ma/>

# MP-MA requer a suspensão de motoristas irregulares que atuam na Saúde e Educação

MATÕES - Por meio de **Ação Civil Pública** (ACP), proposta no dia 11 de janeiro, o **Ministério Público** do Maranhão (MP-MA) requereu à Justiça que determine, em caráter liminar, a suspensão das atividades de todos os motoristas atrelados às secretarias municipais de Educação e de Saúde que não atendam aos requisitos exigidos pela legislação de trânsito para o transporte de pessoas.

Formulada pelo **promotor de justiça** Renato Ighor Viturno Aragão, a manifestação ministerial teve como alvo o município de Matões e o prefeito Ferdinando Araújo Coutinho.

Em caso de atraso ou descumprimento da medida, foi sugerido o pagamento de multa no valor de R\$ 1 mil diários, no limite de até R\$ 100 mil, pelo Município de Matões e pelo prefeito Ferdinando Araújo.

## Irregularidades

A Promotoria de Justiça de Matões tomou conhecimento da situação irregular de motoristas que atuam nas secretarias municipais de Saúde e Educação, no transporte de pessoas, por meio de um ofício encaminhado pela Câmara de Vereadores.

Visando a apurar o caso, foram solicitadas informações à Prefeitura de Matões sobre as condições dos motoristas. Também foram requisitados mais dados à Câmara de Vereadores quanto às irregularidades apontadas.

Em resposta, a Câmara de Vereadores informou que o transporte de alunos nas localidades Laranjeiras, Buritirana, Santo Antônio, Santa Luzia, Pedreira, Buriti Frio, Mandacaru, Limoeiro e Barra da Ininga estava sendo realizado por meio de motoristas irregulares, bem como a condução da ambulância do SAMU.

Já a Prefeitura encaminhou cópias das carteiras de habilitação (CNH) dos motoristas pertencentes a cada secretaria.

Em seguida, o **Ministério Público** realizou a inspeção dos documentos apresentados, constatando que alguns dos motoristas estavam com categorias incompatíveis para a função, bem como não foram fornecidas informações relativas ao cometimento de infração nos últimos meses e se eles fizeram cursos

de especialização e de reciclagem em direção. Também foi percebida a existência de motoristas com carteiras vencidas.

Ao final, a Promotoria requereu a comprovação das qualificações técnicas e da regularização de todos os motoristas apresentados.

Em agosto de 2019 foi realizada uma audiência na sede da Promotoria de Justiça, em que foram ouvidos o secretário de Saúde e o chefe do transporte escolar, quando foram apontadas irregularidades nas documentações e nas informações profissionais de quatro motoristas vinculados à Secretaria Municipal de Saúde e de 13 condutores lotados na Secretaria de Educação.

No final do ano de 2019 o **Ministério Público** promoveu uma audiência pública para ouvir a população local, na qual foi apontada a falta de segurança nos veículos utilizados para o transporte de alunos da rede pública municipal, notadamente a atuação de motoristas que não possuem a perícia necessária para a condução dos alunos.

"O Município de Matões foi inerte durante todo esse tempo e não teve interesse em solucionar o impasse em questão ou comprovar as suas ações. Considerando que os alunos da rede pública de ensino e os doentes da rede pública de saúde continuam expostos a um transporte conduzido por pessoas inabilitadas, outra alternativa não resta senão buscar no Poder Judiciário que o demandado seja compelido a regularizar as prestações de transportes nas áreas da educação e da saúde", disse o **promotor de justiça**.

## Site:

<https://imirante.com/matoes/noticias/2021/01/13/mp-ma-requer-a-suspensao-de-motoristas-irregulares-que-atuam-na-saude-e-educacao.shtml>

# Conselho de Enfermagem pede providências contra médico suspeito de estupro

SÃO LUÍS - O Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão (Coren) solicitou, oficialmente, nesta quarta-feira (13), ao **Ministério Público** do Maranhão, a apuração de um suposto caso de estupro que teria sido cometido por um médico e policial militar contra uma profissional de enfermagem no Hospital Genésio Rêgo, em São Luís.

O ofício foi entregue pelo presidente do referido conselho, José Carlos Costa Araújo Júnior, ao procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau. De acordo com o documento, após ser vítima da violência sexual, na madrugada do último domingo, 10, a técnica de enfermagem denunciou o fato à Delegacia Especial da Mulher.

Após a conclusão do inquérito policial, os autos devem ser encaminhados para o **Ministério Público** do Maranhão. O presidente do Coren pediu empenho e seguimento da eventual Ação Penal.

**Site:** <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2021/01/13/conselho-de-enfermagem-pede-providencias-contr-medico-suspeito-de-estupro.shtml>

# MP-MA planeja ações para impedir aglomerações durante o período de Carnaval

SÃO LUÍS - O **Ministério Público** do Maranhão (MP-MA) anunciou, na manhã desta quarta-feira (13), que está planejando uma atuação de forma coordenada para impedir aglomerações antes e durante o período de Carnaval no Maranhão.

Governo do Maranhão esclarece que feriado de Carnaval será analisado com Prefeituras

Prefeitura mantém feriado de Carnaval no calendário da cidade

Segundo o MP-MA, a medida visa coibir o favorecimento de novos casos da Covid-19 no Estado. Ainda sobre o período de Carnaval, o MP diz que as fiscalizações no Maranhão é uma necessidade preeminente.

Carnaval no Maranhão

O Governo do Estado, em nota ao Imirante.com no dia 6 de janeiro, informou que as datas relativas ao Carnaval no Maranhão serão analisadas até o dia 25 deste mês, mediante consultas às prefeituras de cada município, e considerando as condições sanitárias relativas à pandemia da Covid-19.

Já em Imperatriz, a prefeitura anunciou que não fará nenhuma alteração no calendário de feriados da cidade. O município já adiantou que o feriado de Carnaval será mantido na cidade. O prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, informou que a Prefeitura não deverá realizar nenhuma festividade oficial.

**Site:** <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2021/01/13/mp-ma-planeja-acoes-para-impedir-aglomeracoes-durante-o-periodo-de-carnaval.shtml>

# MP-MA requer suspensão de motoristas da Saúde e Educação em situação irregular

MATÕES - Por meio de **Ação Civil Pública**, proposta na segunda-feira (11), o **Ministério Público** do Maranhão (MP-MA) requereu à Justiça que determine, em caráter liminar, a suspensão das atividades de todos os motoristas atrelados às secretarias municipais de Educação e de Saúde que não atendam aos requisitos exigidos pela legislação de trânsito para o transporte de pessoas.

Formulada pelo **promotor de Justiça** Renato Ighor Viturno Aragão, a manifestação ministerial teve como alvo o município de Matões e o prefeito Fernando Araújo Coutinho. Em caso de atraso ou descumprimento da medida, foi sugerido o pagamento de multa no valor de R\$ 1 mil diários, no limite de até R\$ 100 mil, pelo município de Matões e pelo gestor.

## Irregularidades

A Promotoria de Justiça de Matões tomou conhecimento da situação irregular de motoristas que atuam nas secretarias municipais de Saúde e Educação, no transporte de pessoas, por meio de um ofício encaminhado pela Câmara de Vereadores.

Visando a apurar o caso, foram solicitadas informações à Prefeitura de Matões sobre as condições dos motoristas. Também foram requisitados mais dados à Câmara de Vereadores quanto às irregularidades apontadas.

Em resposta, a Câmara de Vereadores informou que o transporte de alunos nas localidades Laranjeiras, Buritirana, Santo Antônio, Santa Luzia, Pedreira, Buriti Frio, Mandacaru, Limoeiro e Barra da Ininga estava sendo realizado por meio de motoristas irregulares, bem como a condução da ambulância do SAMU.

Já a prefeitura encaminhou cópias das carteiras de habilitação (CNH) dos motoristas pertencentes a cada secretaria.

Em seguida, o **Ministério Público** realizou a inspeção dos documentos apresentados, constatando que alguns motoristas estavam com categorias incompatíveis para a função, bem como não foram fornecidas informações relativas ao cometimento de infração nos últimos meses e se eles fizeram cursos de especialização e de reciclagem em direção. Também foi percebida a existência de motoristas com

carteiras vencidas.

Ao fim, a Promotoria requereu a comprovação das qualificações técnicas e da regularização de todos os motoristas apresentados.

Em agosto de 2019, foi realizada uma audiência na sede da Promotoria de Justiça, em que foram ouvidos o secretário de Saúde e o chefe do transporte escolar, quando foram apontadas irregularidades nas documentações e nas informações profissionais de quatro motoristas vinculados à Secretaria Municipal de Saúde e de 13 condutores lotados na Secretaria de Educação.

No fim do ano de 2019, o **Ministério Público** promoveu uma audiência pública para ouvir a população local, na qual foi apontada a falta de segurança nos veículos utilizados para o transporte de alunos da rede pública municipal.

"O município de Matões foi inerte durante todo esse tempo e não teve interesse em solucionar o impasse em questão ou comprovar as suas ações. Considerando que os alunos da rede pública de ensino e os doentes da rede pública de saúde continuam expostos a um transporte conduzido por pessoas inabilitadas, outra alternativa não resta senão buscar no Poder Judiciário que o demandado seja compelido a regularizar as prestações de transportes nas áreas da educação e da saúde", disse o **promotor de Justiça**.

## Site:

<https://imirante.com/matoes/noticias/2021/01/13/mp-ma-requer-suspensao-de-motoristas-da-saude-e-educacao-em-situacao-irregular.shtml>

# MP planeja ação para evitar aglomerações durante o Carnaval

Foto: Reprodução

Em nota divulgada na manhã desta quarta-feira, o **Ministério Público** do Maranhão informou que está planejando uma ação coordenada no sentido de evitar aglomerações durante o período de Carnaval no Estado.

De acordo com o **MPMA**, a iniciativa visa impedir situações que favoreçam o aumento de casos de Covid-19 no Maranhão, necessidade considerada preeminente pela instituição para proteger a saúde população maranhense.

Confira abaixo a nota na íntegra do **Ministério Público** do Maranhão:

O **Ministério Público** do Maranhão, reforçando seu papel de defesa dos direitos da população e respeitando a independência funcional de cada membro, informa que está planejando uma atuação de forma coordenada para impedir aglomerações antes e durante o período de Carnaval, assim como tem feito desde o início da pandemia.

Esclarece ainda que evitar a ocorrência de situações que favoreçam o aumento de casos de Covid-19 no estado é uma necessidade preeminente.

O **Ministério Público** do Maranhão ressalta que, nos limites de suas atribuições, continuará atuando no sentido de proteger a saúde população maranhense.

**Site:** <https://jornalpequeno.com.br/2021/01/13/ministerio-publico-planeja-acao-coordenada-para-evitar-aglomeracoes-durante-o-carnaval-no-maranhao/>

# Coren pede providências contra médico acusado de estupro

Caso ocorreu no Hospital Genésio Rêgo, no bairro da Vila Palmeira, em São Luís (Foto: Divulgação)

O Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão (Coren) solicitou, oficialmente, nesta quarta-feira, 13, ao **Ministério Público** do Maranhão, a apuração de um suposto caso de estupro que teria sido cometido pelo médico e policial militar Allan Xavier Dias contra uma profissional de enfermagem no Hospital Genésio Rêgo, em São Luís.

O ofício foi entregue pelo presidente do referido conselho, José Carlos Costa Araújo Júnior, ao procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau. De acordo com o documento, após ser vítima da violência sexual, na madrugada do último domingo, 10, a técnica de enfermagem denunciou o fato à Delegacia Especial da Mulher.

Após a conclusão do inquérito policial, os autos devem ser encaminhados para o **Ministério Público** do Maranhão. O presidente do Coren pediu empenho e seguimento da eventual Ação Penal.

**Site:** <https://jornalpequeno.com.br/2021/01/13/coren-pede-providencias-contr-medico-acusado-de-estupro/>



# Ex-prefeito do Maranhão é alvo de operação por apropriação de bens públicos

Material apreendido durante a operação (Foto; divulgação)

A Polícia Civil do Maranhão , por meio da 1ª Delegacia Regional de Rosário, deflagrou nesta quarta-feira, 13, uma operação para cumprimento de quatro mandados de busca e apreensão. A ação tem como alvo o ex-prefeito de Morros (sem o nome divulgado) e ex-secretários municipais, suspeitos de envolvimento no desvio e apropriação de bens públicos municipais.

Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos nos municípios de Morros , Axixá e Icatu, alcançando os endereços de quatro pessoas físicas alvos da investigação.

As ações de busca e apreensão, solicitadas pela Polícia Civil ao Poder Judiciário, foram realizadas por policiais civis da 1ª Delegacia Regional de Rosário, que objetivou a coleta de documentos, bens e instrumentos destinados ao aprofundamento das investigações em curso.

Os trabalhos de apuração desenvolvidos no âmbito da Operação têm revelado a subtração e ocultação de diversos bens municipais tais como: tratores, toneladas de brita, motores de rabetá, roçadeiras, caixas d'água, GPS, betoneiras, filmadoras, máquinas fotográficas, notebooks, pendrives, barcos e equipamentos de pesca, maquinário, materiais de construção, equipamentos eletrônicos, HDs, CPUs das Secretarias de Administração, Finanças e Setor de Compras. Vários bens desses inclusive foram doados pelo Governo do Estado às prefeituras.

Fundamentou a representação da autoridade policial diversos depoimentos, inclusive de um dono de uma empresa que foi contratado para trocar todos os HDS dos computadores de algumas salas da prefeitura de Morros .

Após parecer favorável do **Ministério Público**, a Justiça Estadual autorizou todas as diligências propostas, visando instruir a investigação em torno dos crimes em apuração.

**Site:** <https://jornalpequeno.com.br/2021/01/13/ex-prefeito-do-maranhao-e-alvo-de-operacao-por-apropriacao-de-bens-publicos/>

# MP atua para impedir pré-Carnaval e Carnaval no Maranhão

O **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**) emitiu hoje (13) uma nota oficial para informar sobre o planejamento de ações para impedir aglomerações no período carnavalesco em todo o estado.

Segundo o órgão, haverá uma atuação conjunta e coordenada das das promotorias para impedir aglomerações no pré-Carnaval e no Carnaval em todas as cidades do Maranhão.

## NOTA

O **Ministério Público** do Maranhão, reforçando seu papel de defesa dos direitos da população e respeitando a independência funcional de cada membro, informa que está planejando uma atuação de forma coordenada para impedir aglomerações antes e durante o período de Carnaval, assim como tem feito desde o início da pandemia. Esclarece ainda que evitar a ocorrência de situações que favoreçam o aumento de casos de Covid-19 no estado é uma necessidade preeminente. O **Ministério Público** do Maranhão ressalta que, nos limites de suas atribuições, continuará atuando no sentido de proteger a saúde população maranhense.

**Site:** <https://ma-mais.com.br/index.php/2021/01/13/mp-atua-para-impedir-pre-carnaval-e-carnaval-no-maranhao/>

# MP pede suspensão de motoristas irregulares que atuam na Saúde e Educação

**Artur Oliveira**

O **Ministério Público** do Maranhão requereu à Justiça que determine, em caráter liminar, a suspensão das atividades de todos os motoristas atrelados às secretarias municipais de Educação e de Saúde que não atendam aos requisitos exigidos pela legislação de trânsito para o transporte de pessoas. A **Ação Civil Pública** foi proposta no dia 11 de janeiro.

Formulada pelo **promotor de justiça** Renato Ighor Viturno Aragão, a manifestação ministerial teve como alvo o Município de Matões e o prefeito Fernando Araújo Coutinho. Em caso de atraso ou descumprimento da medida, foi sugerido o pagamento de multa no valor de R\$ 1 mil diários, no limite de até R\$ 100 mil, pelo Município de Matões e pelo prefeito Ferdinando Araújo.

## IRREGULARIDADES

A Promotoria de Justiça de Matões tomou conhecimento da situação irregular de motoristas que atuam nas secretarias municipais de Saúde e Educação, no transporte de pessoas, por meio de um ofício encaminhado pela Câmara de Vereadores.

Visando a apurar o caso, foram solicitadas informações à Prefeitura de Matões sobre as condições dos motoristas. Também foram requisitados mais dados à Câmara de Vereadores quanto às irregularidades apontadas.

Em resposta, a Câmara de Vereadores informou que o transporte de alunos nas localidades Laranjeiras, Buritirana, Santo Antônio, Santa Luzia, Pedreira, Buriti Frio, Mandacaru, Limoeiro e Barra da Ininga estava sendo realizado por meio de motoristas irregulares, bem como a condução da ambulância do SAMU. Já a Prefeitura encaminhou cópias das carteiras de habilitação (CNH) dos motoristas pertencentes a cada secretaria.

Em seguida, o **Ministério Público** realizou a inspeção dos documentos apresentados, constatando que alguns dos motoristas estavam com categorias incompatíveis para a função, bem como não foram fornecidas informações relativas ao cometimento de infração nos últimos meses e se eles fizeram cursos de especialização e de reciclagem em direção.

Também foi percebida a existência de motoristas com carteiras vencidas.

Ao final, a Promotoria requereu a comprovação das qualificações técnicas e da regularização de todos os motoristas apresentados.

Em agosto de 2019 foi realizada uma audiência na sede da Promotoria de Justiça, em que foram ouvidos o secretário de Saúde e o chefe do transporte escolar, quando foram apontadas irregularidades nas documentações e nas informações profissionais de quatro motoristas vinculados à Secretaria Municipal de Saúde e de 13 condutores lotados na Secretaria de Educação.

No final do ano de 2019 o **Ministério Público** promoveu uma audiência pública para ouvir a população local, na qual foi apontada a falta de segurança nos veículos utilizados para o transporte de alunos da rede pública municipal, notadamente a atuação de motoristas que não possuem a perícia necessária para a condução dos alunos.

Com informações do **MPMA**.

**Site:** <https://www.ma10.com.br/2021/01/13/mp-pede-suspensao-de-motoristas-irregulares-que-atuam-na-saude-e-educacao/>

# Ministério Público fará fiscalização rigorosa em festas de carnaval para evitar aglomerações

**Aquiles Emir**

AQUILES EMIR

O **Ministério Público** do Maranhão expediu nesta quarta-feira (13) uma nota que serve para acender um sinal amarelo para os promotores de evento que pretendem promover festas de carnaval e não desejam sofrer prejuízos com sua possível suspensão. A exemplo do que fez às vésperas de Natal e Réveillon, o MP promete extrema vigilância contra aglomerações que venham a se formar em eventos nos períodos que antecedem e nos dias dos festejos de Momo.

Nesta terça-feira (12), o governador em exercício Carlos Brandão (Republicanos) ratificou a posição tomada pelo Estado ano passado, garantindo que não haverá festas em espaços públicos bancadas pelo Governo do Estado e, provavelmente, por prefeituras também e que as de caráter privado terão de obedecer normas como as de uma lotação máxima de 150 pessoas.

Na sua nota, o **Ministério Público** diz que as medidas que adotará são para "evitar a ocorrência de situações que favoreçam o aumento de casos de Covid-19 no estado é uma necessidade preeminente".

No mês de dezembro, diversas festas que foram anunciadas com bastante antecedência, inclusive com contratação de artistas de renome nacional, vendas de ingressos etc, foram proibidas faltando menos de 48 horas para sua realização, o que provocou prejuízos aos seus organizadores.

Com este anúncio, o MP pelo menos se antecipa e cabe a quem pretende investir em folia atentar para as exigências. Eis o comunicado, na íntegra:

NOTA

O **Ministério Público** do Maranhão, reforçando seu papel de defesa dos direitos da população e respeitando a independência funcional de cada membro, informa que está planejando uma atuação de forma coordenada para impedir aglomerações antes e

durante o período de Carnaval, assim como tem feito desde o início da pandemia. Esclarece ainda que evitar a ocorrência de situações que favoreçam o aumento de casos de Covid-19 no estado é uma necessidade preeminente.

O **Ministério Público** do Maranhão ressalta que, nos limites de suas atribuições, continuará atuando no sentido de proteger a saúde população maranhense.

**Site:** <https://maranhaohoje.com/ministerio-publico-diz-que-fara-fiscalizacao-rigorosa-em-festas-de-carnaval-para-evitar-aglomeracoes/>

# Ministério Público pede suspensão de contratações irregulares de motoristas pela Prefeitura de Matões

**Aquiles Emir**

O **Ministério Público** do Maranhão requereu à Justiça que determine, em caráter liminar, a suspensão das atividades de todos os motoristas atrelados às secretarias municipais de Educação e de Saúde do município de Matões que não atendam requisitos exigidos pela legislação de trânsito para o transporte de pessoas. A **Ação Civil Pública** do **promotor de justiça** Renato Ighor Viturno Aragão tem como alvo o Município de Matões e o prefeito Ferdinando Araújo Coutinho.

Em caso de atraso ou descumprimento da medida, foi sugerido o pagamento de multa no valor de R\$ 1 mil diários, no limite de até R\$ 100 mil, pelo Município de Matões e pelo prefeito Ferdinando Araújo.

A Promotoria de Justiça de Matões tomou conhecimento da situação irregular de motoristas que atuam nas secretarias municipais de Saúde e Educação, no transporte de pessoas, por meio de um ofício encaminhado pela Câmara de Vereadores.

Visando a apurar o caso, foram solicitadas informações à Prefeitura de Matões sobre as condições dos motoristas. Também foram requisitados mais dados à Câmara de Vereadores quanto às irregularidades apontadas.

Em resposta, a Câmara de Vereadores informou que o transporte de alunos nas localidades Laranjeiras, Buritirana, Santo Antônio, Santa Luzia, Pedreira, Burity Frio, Mandacaru, Limoeiro e Barra da Ininga estava sendo realizado por meio de motoristas irregulares, bem como a condução da ambulância do SAMU.

Já a Prefeitura encaminhou cópias das carteiras de habilitação (CNH) dos motoristas pertencentes a cada secretaria.

Em seguida, o **Ministério Público** realizou a inspeção dos documentos apresentados, constatando que alguns dos motoristas estavam com categorias incompatíveis para a função, bem como não foram fornecidas informações relativas ao cometimento de infração nos últimos meses e se eles fizeram cursos

de especialização e de reciclagem em direção. Também foi percebida a existência de motoristas com carteiras vencidas.

Em agosto de 2019 foi realizada uma audiência na sede da Promotoria de Justiça, em que foram ouvidos o secretário de Saúde e o chefe do transporte escolar, quando foram apontadas irregularidades nas documentações e nas informações profissionais de quatro motoristas vinculados à Secretaria Municipal de Saúde e de 13 condutores lotados na Secretaria de Educação.

No final do ano de 2019 o **Ministério Público** promoveu uma audiência pública para ouvir a população local, na qual foi apontada a falta de segurança nos veículos utilizados para o transporte de alunos da rede pública municipal, notadamente a atuação de motoristas que não possuem a perícia necessária para a condução dos alunos.

"O Município de Matões foi inerte durante todo esse tempo e não teve interesse em solucionar o impasse em questão ou comprovar as suas ações. Considerando que os alunos da rede pública de ensino e os doentes da rede pública de saúde continuam expostos a um transporte conduzido por pessoas inabilitadas, outra alternativa não resta senão buscar no Poder Judiciário que o demandado seja compelido a regularizar as prestações de transportes nas áreas da educação e da saúde", disse o **promotor de justiça**.

**Site:** <https://maranhaohoje.com/ministerio-publico-pede-suspensao-de-contratos-irregulares-de-motoristas-em-matoes/>

# MPMA requer suspensão de motoristas que atuam na Saúde e Educação irregularmente

## Com informações do MP-MA

São Luís - Por meio de **Ação Civil Pública**, proposta no dia 11 de janeiro, o **Ministério Público** do Maranhão requereu à Justiça que determine, em caráter liminar, a suspensão das atividades de todos os motoristas atrelados às secretarias municipais de Educação e de Saúde que não atendam aos requisitos exigidos pela legislação de trânsito para o transporte de pessoas.

Formulada pelo **promotor de justiça** Renato Ighor Viturno Aragão, a manifestação ministerial teve como alvo o Município de Matões e o prefeito Fernando Araújo Coutinho.

Em caso de atraso ou descumprimento da medida, foi sugerido o pagamento de multa no valor de R\$ 1 mil diários, no limite de até R\$ 100 mil, pelo Município de Matões e pelo prefeito Ferdinando Araújo.

## Irregularidades

A Promotoria de Justiça de Matões tomou conhecimento da situação irregular de motoristas que atuam nas secretarias municipais de Saúde e Educação, no transporte de pessoas, por meio de um ofício encaminhado pela Câmara de Vereadores.

Visando a apurar o caso, foram solicitadas informações à Prefeitura de Matões sobre as condições dos motoristas. Também foram requisitados mais dados à Câmara de Vereadores quanto às irregularidades apontadas.

Em resposta, a Câmara de Vereadores informou que o transporte de alunos nas localidades Laranjeiras, Buritirana, Santo Antônio, Santa Luzia, Pedreira, Buriti Frio, Mandacaru, Limoeiro e Barra da Ininga estava sendo realizado por meio de motoristas irregulares, bem como a condução da ambulância do SAMU.

Já a Prefeitura encaminhou cópias das carteiras de habilitação (CNH) dos motoristas pertencentes a cada secretaria.

Em seguida, o **Ministério Público** realizou a inspeção dos documentos apresentados, constatando que alguns dos motoristas estavam com categorias incompatíveis para a função, bem como não foram

fornecidas informações relativas ao cometimento de infração nos últimos meses e se eles fizeram cursos de especialização e de reciclagem em direção. Também foi percebida a existência de motoristas com carteiras vencidas.

Ao final, a Promotoria requereu a comprovação das qualificações técnicas e da regularização de todos os motoristas apresentados.

Em agosto de 2019 foi realizada uma audiência na sede da Promotoria de Justiça, em que foram ouvidos o secretário de Saúde e o chefe do transporte escolar, quando foram apontadas irregularidades nas documentações e nas informações profissionais de quatro motoristas vinculados à Secretaria Municipal de Saúde e de 13 condutores lotados na Secretaria de Educação.

No final do ano de 2019 o **Ministério Público** promoveu uma audiência pública para ouvir a população local, na qual foi apontada a falta de segurança nos veículos utilizados para o transporte de alunos da rede pública municipal, notadamente a atuação de motoristas que não possuem a perícia necessária para a condução dos alunos.

"O município de Matões foi inerte durante todo esse tempo e não teve interesse em solucionar o impasse em questão ou comprovar as suas ações. Considerando que os alunos da rede pública de ensino e os doentes da rede pública de saúde continuam expostos a um transporte conduzido por pessoas inabilitadas, outra alternativa não resta senão buscar no Poder Judiciário que o demandado seja compelido a regularizar as prestações de transportes nas áreas da educação e da saúde", disse o **promotor de justiça**.

## Site:

<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/01/13/mpma-requer-suspensao-de-motoristas-que-atuam-na-saude-e-educacao-irregularmente/>

# MPMA vai atuar durante o Carnaval para impedir aglomerações

São Luís - O **Ministério Público** do Maranhão, reforçando seu papel de defesa dos direitos da população e respeitando a independência funcional de cada membro, informa que está planejando uma atuação de forma coordenada para impedir aglomerações antes e durante o período de Carnaval, assim como tem feito desde o início da pandemia.

Esclarece ainda que evitar a ocorrência de situações que favoreçam o aumento de casos de Covid-19 no estado é uma necessidade preeminente.

O **Ministério Público** do Maranhão ressalta que, nos limites de suas atribuições, continuará atuando no sentido de proteger a saúde população maranhense.

**Site:**

<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/01/13/mpma-vai-atuar-durante-o-carnaval-para-impedir-aglomeracoes/>

# Ex-prefeito e ex-secretários são investigados por suspeita de desvio de bens públicos

*da Redação*

Nesta quarta-feira (13), quatro residências foram investigadas, as quais se configuram como endereços de quatro suspeitos de praticarem irregularidades em desvio e apropriação de bens públicos municipais nas cidades de Morros, Axixá e Icatu, todas localizadas no interior do Maranhão.

Entre os suspeitos, constam um ex-prefeito e ex-secretários municipais e são investigados por subtração e ocultação de materiais como tratores, toneladas de brita, motores de rabetá, roçadeiras, caixas d'água, GPS, betoneiras, filmadoras, máquinas fotográficas, notebooks, pendrives, barcos e equipamentos de pesca, maquinário, materiais de construção, equipamentos eletrônicos, HDs, CPUs das Secretarias de Administração, Finanças e Setor de Compras.

Leia também: Ex-prefeito é acionado por **Improbidade Administrativa** pelo **Ministério Público**

O cumprimento dos 4 mandados de busca e apreensão são ações parte da operação deflagrada pela Polícia Civil do Maranhão, através da equipe da 1ª Delegacia Regional de Rosário, sendo apreendidos documentos, bens materiais e outros materiais.

**Site:** <https://oimparcial.com.br/noticias/2021/01/ex-prefeito-e-ex-secretarios-sao-investigados-por-suspeita-de-desvio-de-bens-publicos/>



# MPMA requer a suspensão de motoristas irregulares que atuam na Saúde e Educação

Por meio de **Ação Civil Pública**, proposta no dia 11 de janeiro, o **Ministério Público** do Maranhão requereu à Justiça que determine, em caráter liminar, a suspensão das atividades de todos os motoristas atrelados às secretarias municipais de Educação e de Saúde que não atendam aos requisitos exigidos pela legislação de trânsito para o transporte de pessoas.

Formulada pelo **promotor de justiça** Renato Ighor Viturno Aragão, a manifestação ministerial teve como alvo o Município de Matões e o prefeito Fernando Araújo Coutinho.

Em caso de atraso ou descumprimento da medida, foi sugerido o pagamento de multa no valor de R\$ 1 mil diários, no limite de até R\$ 100 mil, pelo Município de Matões e pelo prefeito Ferdinando Araújo.

## IRREGULARIDADES

A Promotoria de Justiça de Matões tomou conhecimento da situação irregular de motoristas que atuam nas secretarias municipais de Saúde e Educação, no transporte de pessoas, por meio de um ofício encaminhado pela Câmara de Vereadores.

Visando a apurar o caso, foram solicitadas informações à Prefeitura de Matões sobre as condições dos motoristas. Também foram requisitados mais dados à Câmara de Vereadores quanto às irregularidades apontadas.

Em resposta, a Câmara de Vereadores informou que o transporte de alunos nas localidades Laranjeiras, Buritirana, Santo Antônio, Santa Luzia, Pedreira, Buriti Frio, Mandacaru, Limoeiro e Barra da Ininga estava sendo realizado por meio de motoristas irregulares, bem como a condução da ambulância do SAMU.

Já a Prefeitura encaminhou cópias das carteiras de habilitação (CNH) dos motoristas pertencentes a cada secretaria.

Em seguida, o **Ministério Público** realizou a inspeção dos documentos apresentados, constatando que alguns dos motoristas estavam com categorias incompatíveis para a função, bem como não foram fornecidas informações relativas ao cometimento de infração nos últimos meses e se eles fizeram cursos de especialização e de reciclagem em direção.

Também foi percebida a existência de motoristas com carteiras vencidas.

Ao final, a Promotoria requereu a comprovação das qualificações técnicas e da regularização de todos os motoristas apresentados.

Em agosto de 2019 foi realizada uma audiência na sede da Promotoria de Justiça, em que foram ouvidos o secretário de Saúde e o chefe do transporte escolar, quando foram apontadas irregularidades nas documentações e nas informações profissionais de quatro motoristas vinculados à Secretaria Municipal de Saúde e de 13 condutores lotados na Secretaria de Educação.

No final do ano de 2019 o **Ministério Público** promoveu uma audiência pública para ouvir a população local, na qual foi apontada a falta de segurança nos veículos utilizados para o transporte de alunos da rede pública municipal, notadamente a atuação de motoristas que não possuem a perícia necessária para a condução dos alunos.

"O município de Matões foi inerte durante todo esse tempo e não teve interesse em solucionar o impasse em questão ou comprovar as suas ações. Considerando que os alunos da rede pública de ensino e os doentes da rede pública de saúde continuam expostos a um transporte conduzido por pessoas inabilitadas, outra alternativa não resta senão buscar no Poder Judiciário que o demandado seja compelido a regularizar as prestações de transportes nas áreas da educação e da saúde", disse o **promotor de justiça**.

**Site:** <https://omaranhense.com/mpma-requer-a-suspensao-de-motoristas-irregulares-que-atuam-na-saude-e-educacao/>

# MPMA promove reunião para garantir maior segurança na comarca de Balsas

O **Ministério Público** do Maranhão, por meio da 5ª Promotoria de Justiça de Balsas, promoveu, na manhã desta segunda-feira, 11, no auditório do 4º Batalhão da Polícia Militar da cidade, uma reunião com as lideranças dos órgãos de **segurança pública** em atuação na região. A reunião foi coordenada pelo **promotor de justiça** Tiago Carvalho Rohrr, titular da 5ª Promotoria de Justiça.

O objetivo do encontro foi traçar metas relativas ao combate à criminalidade em Balsas, promovendo ações integradas entre os órgãos de **segurança pública**, sobretudo no enfrentamento a crimes como tráfico de drogas, roubos, assaltos, entre outras condutas que atentam contra a sociedade.

"Estamos iniciando o ano e, por isso, entendo que seja uma época propícia para integrar os órgãos de segurança e pensar, de forma conjunta, estratégias e métodos de combate à criminalidade. O **Ministério Público** e as demais instituições públicas devem sempre promover a proteção da sociedade", ressaltou o **promotor de justiça**.

Participaram da reunião o comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar, major Gilberto Brito Coelho; o delegado regional de Polícia Civil, Fagno Vieira dos Santos; o chefe da 5ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal, Marcelo José da Silva; o comandante do Grupo de Operações Especiais da PM, major Jean Levi, bem como policiais militares que compõem o serviço de inteligência da Polícia Militar.

O município de Balsas fica localizado a 808 km de São Luís. A comarca é integrada também pelos municípios (termos judiciários) de Nova Colinas e Fortaleza dos Nogueiras.

**Site:** <https://omaranhense.com/mpma-promove-reuniao-para-garantir-maior-seguranca-na-comarca-de-balsas/>

# Conselho de Enfermagem pede providências contra médico acusado de estupro

O Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão (Coren) solicitou, oficialmente, nesta quarta-feira, 13, ao **Ministério Público** do Maranhão, a apuração de um suposto caso de estupro que teria sido cometido pelo médico e policial militar Allan Xavier Dias contra uma profissional de enfermagem no Hospital Genésio Rêgo, em São Luís.

O ofício foi entregue pelo presidente do referido conselho, José Carlos Costa Araújo Júnior, ao procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau. De acordo com o documento, após ser vítima da violência sexual, na madrugada do último domingo, 10, a técnica de enfermagem denunciou o fato à Delegacia Especial da Mulher.

Após a conclusão do inquérito policial, os autos devem ser encaminhados para o **Ministério Público** do Maranhão. O presidente do Coren pediu empenho e seguimento da eventual Ação Penal.

**Site:** <https://omaranhense.com/conselho-de-enfermagem-pede-providencias-contra-medico-acusado-de-estupro/>

# Ex-prefeito de Arame é alvo de ação por Improbidade

Em razão da não transferência, à Caixa Econômica Federal, de parcelas referentes a empréstimos consignados dos servidores municipais de Arame, o **Ministério Público** do Maranhão ingressou, no último sábado, 9, com uma **Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa** contra o ex-prefeito Marcelo Lima de Farias.

Na manifestação ministerial, de autoria do **promotor de justiça** Felipe Augusto Rotondo, é apontado que, apesar do desconto na folha de pagamento dos servidores, não foram repassados ao banco um total de R\$ 771.493,26.

Em razão dos atrasos, foi celebrado "Instrumento Particular de Acordo para Regularização de Repasse de Valores Decorrentes de Convênio de Consignação", em que a Prefeitura reconheceu a dívida, comprometendo-se com um novo cronograma de pagamentos, que não cumpriu.

Segundo a promotoria, o não repasse dos valores configura o crime de apropriação indébita e **improbidade administrativa**, como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A ausência dos repasses também foi motivo de Representação por parte do Banco Central. A entidade ingressou com uma representação no Tribunal de Contas do Estado do Maranhão após a Caixa ter ajuizado uma ação de cobrança.

Sobre o caso, a Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e Fundos de Pensão emitiu um parecer a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Caixa, relacionadas a contratos de crédito firmados entre o Banco e vários municípios, entre eles Arame.

Segundo o documento, as operações de crédito foram realizadas sem a devida comprovação de que elas atendiam a condições e limites estabelecidos, descumprindo o art. 33 da Lei de Responsabilidade Fiscal, trata da obrigação das instituições financeiras em solicitar tal comprovação quando a transação envolve entes da Federação.

O **MPMA** pediu a condenação do ex-gestor às penas referentes ao descumprimento à Lei de **Improbidade Administrativa**, bem como o ressarcimento aos cofres

públicos da quantia não repassada à entidade financeira.

**Site:** <https://www.blogdoantoniomartins.com/ex-prefeito-de-arame-e-alvo-de-acao-por-improbidade/>

# MP pede suspensão de motoristas irregulares que atuam na Saúde e Educação em Matões

**Tâmara Silva**

Por meio de **Ação Civil Pública**, proposta no dia 11 de janeiro, o **Ministério Público** do Maranhão requereu à Justiça que determine, em caráter liminar, a suspensão das atividades de todos os motoristas atrelados às secretarias municipais de Educação e de Saúde que não atendam aos requisitos exigidos pela legislação de trânsito para o transporte de pessoas.

Formulada pelo **promotor de justiça** Renato Ighor Viturno Aragão, a manifestação ministerial teve como alvo o Município de Matões e o prefeito Ferdinando Araújo Coutinho.

Em caso de atraso ou descumprimento da medida, foi sugerido o pagamento de multa no valor de R\$ 1 mil diários, no limite de até R\$ 100 mil, pelo Município de Matões e pelo prefeito Ferdinando Araújo.

## IRREGULARIDADES

A Promotoria de Justiça de Matões tomou conhecimento da situação irregular de motoristas que atuam nas secretarias municipais de Saúde e Educação, no transporte de pessoas, por meio de um ofício encaminhado pela Câmara de Vereadores.

Visando a apurar o caso, foram solicitadas informações à Prefeitura de Matões sobre as condições dos motoristas. Também foram requisitados mais dados à Câmara de Vereadores quanto às irregularidades apontadas.

Em resposta, a Câmara de Vereadores informou que o transporte de alunos nas localidades Laranjeiras, Buritirana, Santo Antônio, Santa Luzia, Pedreira, Buriti Frio, Mandacaru, Limoeiro e Barra da Ininga estava sendo realizado por meio de motoristas irregulares, bem como a condução da ambulância do SAMU.

Já a Prefeitura encaminhou cópias das carteiras de habilitação (CNH) dos motoristas pertencentes a cada secretaria.

Em seguida, o **Ministério Público** realizou a inspeção dos documentos apresentados, constatando que alguns dos motoristas estavam com categorias incompatíveis para a função, bem como não foram fornecidas informações relativas ao cometimento de

infração nos últimos meses e se eles fizeram cursos de especialização e de reciclagem em direção. Também foi percebida a existência de motoristas com carteiras vencidas.

Ao final, a Promotoria requereu a comprovação das qualificações técnicas e da regularização de todos os motoristas apresentados.

Em agosto de 2019 foi realizada uma audiência na sede da Promotoria de Justiça, em que foram ouvidos o secretário de Saúde e o chefe do transporte escolar, quando foram apontadas irregularidades nas documentações e nas informações profissionais de quatro motoristas vinculados à Secretaria Municipal de Saúde e de 13 condutores lotados na Secretaria de Educação.

No final do ano de 2019 o **Ministério Público** promoveu uma audiência pública para ouvir a população local, na qual foi apontada a falta de segurança nos veículos utilizados para o transporte de alunos da rede pública municipal, notadamente a atuação de motoristas que não possuem a perícia necessária para a condução dos alunos.

"O Município de Matões foi inerte durante todo esse tempo e não teve interesse em solucionar o impasse em questão ou comprovar as suas ações. Considerando que os alunos da rede pública de ensino e os doentes da rede pública de saúde continuam expostos a um transporte conduzido por pessoas inabilitadas, outra alternativa não resta senão buscar no Poder Judiciário que o demandado seja compelido a regularizar as prestações de transportes nas áreas da educação e da saúde", disse o **promotor de justiça**.

**Site:** <https://riquinha.com.br/2021/01/13/mp-pede-suspensao-de-motoristas-irregulares-que-atuam-na-saude-e-educacao-em-matoes/>

# Ministério Público planeja ação para impedir Carnaval no Maranhão

O **Ministério Público** do Maranhão, reforçando seu papel de defesa dos direitos da população e respeitando a independência funcional de cada membro, informou que está planejando uma atuação de forma coordenada para impedir aglomerações antes e durante o período de Carnaval, assim como tem feito desde o início da pandemia.

Para evitar a ocorrência de situações que favoreçam o aumento de casos de Covid-19 no estado, o **Ministério Público** ressaltou ainda que, nos limites de suas atribuições, continuará atuando no sentido de proteger a saúde da população maranhense.

**Site:** <https://silviatezeza.com.br/ministerio-publico-planeja-acao-para-impedir-carnaval-no-maranhao/>

# Ministério Público planeja ação para coibir aglomerações antes e durante o Carnaval

*Daniel Matos*

Em nota divulgada na manhã desta quarta-feira (13), o **Ministério Público** do Maranhão informou que está planejando uma ação para coibir aglomerações no pré-Carnaval e no período oficial de folia. O **MPMA** reafirma o seu papel institucional de atuar, dentro das suas atribuições e sem invadir outras alçadas, de ajudar a conter a transmissão do novo coronavírus.

Abaixo, a nota:

NOTA

O **Ministério Público** do Maranhão, reforçando seu papel de defesa dos direitos da população e respeitando a independência funcional de cada membro, informa que está planejando uma atuação de forma coordenada para impedir aglomerações antes e durante o período de Carnaval, assim como tem feito desde o início da pandemia.

Esclarece ainda que evitar a ocorrência de situações que favoreçam o aumento de casos de Covid-19 no estado é uma necessidade preeminente.

O **Ministério Público** do Maranhão ressalta que, nos limites de suas atribuições, continuará atuando no sentido de proteger a saúde população maranhense.

**Site:**

<https://www.blogsoestado.com/danielmatos/2021/01/13/ministerio-publico-planeja-acao-para-coibir-aglomeracoes-antes-e-durante-o-carnaval/>

# Conselho de Enfermagem pede providências contra médico acusado de estupro

O Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão (Coren) solicitou, oficialmente, nesta quarta-feira, 13, ao **Ministério Público** do Maranhão, a apuração de um suposto caso de estupro que teria sido cometido pelo médico e policial militar Allan Xavier Dias contra uma profissional de enfermagem no Hospital Genésio Rêgo, em São Luís.

O ofício foi entregue pelo presidente do referido conselho, José Carlos Costa Araújo Júnior, ao procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau. De acordo com o documento, após ser vítima da violência sexual, na madrugada do último domingo, 10, a técnica de enfermagem denunciou o fato à Delegacia Especial da Mulher.

Após a conclusão do inquérito policial, os autos devem ser encaminhados para o **Ministério Público** do Maranhão. O presidente do Coren pediu empenho e seguimento da eventual Ação Penal.

**Site:** <http://diegoemir.com/2021/01/conselho-de-enfermagem-pede-providencias-contra-medico-acusado-de-estupro/>



# Ministério Público do Maranhão anuncia que irá começar a fiscalizar festas de pré- carnaval

O **Ministério Público** do Maranhão, reforçando seu papel de defesa dos direitos da população e respeitando a independência funcional de cada membro, informa que está planejando uma atuação de forma coordenada para impedir aglomerações antes e durante o período de Carnaval, assim como tem feito desde o início da pandemia.

Esclarece ainda que evitar a ocorrência de situações que favoreçam o aumento de casos de Covid-19 no estado é uma necessidade preeminente. O **Ministério Público** do Maranhão ressalta que, nos limites de suas atribuições, continuará atuando no sentido de proteger a saúde população maranhense.

**Site:** <http://diegoemir.com/2021/01/ministerio-publico-do-maranhao-anuncia-que-ira-comecar-a-fiscalizar-festas-de-pre-carnaval/>

# Ministério Público planeja ação para impedir Carnaval no Maranhão

O **Ministério Público** do Maranhão, reforçando seu papel de defesa dos direitos da população e respeitando a independência funcional de cada membro, informou que está planejando uma atuação de forma coordenada para impedir aglomerações antes e durante o período de Carnaval, assim como tem feito desde o início da pandemia.

Para evitar a ocorrência de situações que favoreçam o aumento de casos de Covid-19 no estado, o **Ministério Público** ressaltou ainda que, nos limites de suas atribuições, continuará atuando no sentido de proteger a saúde da população maranhense.

**Site:**

<http://omaiordomundobr.blogspot.com/2021/01/ministerio-publico-planeja-acao-para.html>

# Conselho de Enfermagem pede providências contra médico acusado de estupro

O Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão (Coren) solicitou, oficialmente, nesta quarta-feira, 13, ao **Ministério Público** do Maranhão, a apuração de um suposto caso de estupro que teria sido cometido pelo médico e policial militar Allan Xavier Dias contra uma profissional de enfermagem no Hospital Genésio Rêgo, em São Luís.

O ofício foi entregue pelo presidente do referido conselho, José Carlos Costa Araújo Júnior, ao procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau. De acordo com o documento, após ser vítima da violência sexual, na madrugada do último domingo, 10, a técnica de enfermagem denunciou o fato à Delegacia Especial da Mulher.

Após a conclusão do inquérito policial, os autos devem ser encaminhados para o **Ministério Público** do Maranhão. O presidente do Coren pediu empenho e seguimento da eventual Ação Penal.

G Léda

**Site:**

**<http://omaiordomundobr.blogspot.com/2021/01/conselho-de-enfermagem-pede.html>**

# MP quer evitar aglomerações no pré e no Carnaval no MA

*Por Zeca Soares*

O **Ministério Público** divulgou, nesta quarta-feira (13), nota oficial sobre o Carnaval 2021 no Maranhão.

O MP diz estar planejando uma atuação de forma coordenada para impedir aglomerações antes e durante o período de Carnaval para evitar a ocorrência de situações que favoreçam o aumento de casos de Covid-19 no estado.

Veja a nota na íntegra:

"O **Ministério Público** do Maranhão, reforçando seu papel de defesa dos direitos da população e respeitando a independência funcional de cada membro, informa que está planejando uma atuação de forma coordenada para impedir aglomerações antes e durante o período de Carnaval, assim como tem feito desde o início da pandemia. Esclarece ainda que evitar a ocorrência de situações que favoreçam o aumento de casos de Covid-19 no estado é uma necessidade preeminente. O **Ministério Público** do Maranhão ressalta que, nos limites de suas atribuições, continuará atuando no sentido de proteger a saúde população maranhense".

Foto: Divulgação

**Site:** <https://www.zecasoares.com/2021/01/13/mp-quer-evitar-aglomeracoes-no-pre-e-no-carnaval-no-ma/>

# Coren pede providências contra médico acusado de estupro

*Por Zeca Soares*

O Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão (Coren) solicitou, oficialmente, nesta quarta-feira (13), ao **Ministério Público** do Maranhão, a apuração de um suposto caso de estupro que teria sido cometido pelo médico e policial militar Allan Xavier Dias contra uma profissional de enfermagem no Hospital Genésio Rêgo, em São Luís.

O ofício foi entregue pelo presidente do referido conselho, José Carlos Costa Araújo Júnior, ao procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau. De acordo com o documento, após ser vítima da violência sexual, na madrugada do último domingo, 10, a técnica de enfermagem denunciou o fato à Delegacia Especial da Mulher.

Após a conclusão do inquérito policial, os autos devem ser encaminhados para o **Ministério Público** do Maranhão. O presidente do Coren pediu empenho e seguimento da eventual Ação Penal.

Foto: Divulgação

**Site:** <https://www.zecasoares.com/2021/01/13/coren-pede-providencias-contr-medico-acusado-de-estupro/>

# Ministério Público quer barrar festas de Carnaval no MA

O **Ministério Público** do Maranhão quer barrar as festas de pré- Carnaval e Carnaval por todo o Estado.

A informação foi dada por meio de nota emitida nesta quarta-feira (13) pelo próprio órgão ministerial.

O MP afirma que está planejando ações de forma coordenada para impedir aglomerações antes e durante o período de Carnaval.

Leia abaixo:

"O **Ministério Público** do Maranhão, reforçando seu papel de defesa dos direitos da população e respeitando a independência funcional de cada membro, informa que está planejando uma atuação de forma coordenada para impedir aglomerações antes e durante o período de Carnaval, assim como tem feito desde o início da pandemia. Esclarece ainda que evitar a ocorrência de situações que favoreçam o aumento de casos de Covid-19 no estado é uma necessidade preeminente. O **Ministério Público** do Maranhão ressalta que, nos limites de suas atribuições, continuará atuando no sentido de proteger a saúde população maranhense."

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

**Site:**

<http://www.netoferreira.com.br/poder/2021/01/ministerio-publico-quer-barrar-festas-de-carnaval-no-maranhao/>

# MPMA requer a suspensão de motoristas irregulares que atuam na Saúde e Educação Em Matões (Maranhão)

Por meio de **Ação Civil Pública**, proposta no dia 11 de janeiro, o **Ministério Público** do Maranhão requereu à Justiça que determine, em caráter liminar, a suspensão das atividades de todos os motoristas atrelados às secretarias municipais de Educação e de Saúde que não atendam aos requisitos exigidos pela legislação de trânsito para o transporte de pessoas.

Formulada pelo **promotor de justiça** Renato Ighor Viturno Aragão, a manifestação ministerial teve como alvo o Município de Matões e o prefeito Ferdinando Araújo Coutinho.

Em caso de atraso ou descumprimento da medida, foi sugerido o pagamento de multa no valor de R\$ 1 mil diários, no limite de até R\$ 100 mil, pelo Município de Matões e pelo prefeito Ferdinando Araújo.

## IRREGULARIDADES

A Promotoria de Justiça de Matões tomou conhecimento da situação irregular de motoristas que atuam nas secretarias municipais de Saúde e Educação, no transporte de pessoas, por meio de um ofício encaminhado pela Câmara de Vereadores.

Visando a apurar o caso, foram solicitadas informações à Prefeitura de Matões sobre as condições dos motoristas. Também foram requisitados mais dados à Câmara de Vereadores quanto às irregularidades apontadas.

Em resposta, a Câmara de Vereadores informou que o transporte de alunos nas localidades Laranjeiras, Buritirana, Santo Antônio, Santa Luzia, Pedreira, Buriti Frio, Mandacaru, Limoeiro e Barra da Ininga estava sendo realizado por meio de motoristas irregulares, bem como a condução da ambulância do SAMU.

Já a Prefeitura encaminhou cópias das carteiras de habilitação (CNH) dos motoristas pertencentes a cada secretaria.

Em seguida, o **Ministério Público** realizou a inspeção dos documentos apresentados, constatando que alguns dos motoristas estavam com categorias incompatíveis para a função, bem como não foram

fornecidas informações relativas ao cometimento de infração nos últimos meses e se eles fizeram cursos de especialização e de reciclagem em direção. Também foi percebida a existência de motoristas com carteiras vencidas.

Ao final, a Promotoria requereu a comprovação das qualificações técnicas e da regularização de todos os motoristas apresentados.

Em agosto de 2019 foi realizada uma audiência na sede da Promotoria de Justiça, em que foram ouvidos o secretário de Saúde e o chefe do transporte escolar, quando foram apontadas irregularidades nas documentações e nas informações profissionais de quatro motoristas vinculados à Secretaria Municipal de Saúde e de 13 condutores lotados na Secretaria de Educação.

No final do ano de 2019 o **Ministério Público** promoveu uma audiência pública para ouvir a população local, na qual foi apontada a falta de segurança nos veículos utilizados para o transporte de alunos da rede pública municipal, notadamente a atuação de motoristas que não possuem a perícia necessária para a condução dos alunos.

"O Município de Matões foi inerte durante todo esse tempo e não teve interesse em solucionar o impasse em questão ou comprovar as suas ações. Considerando que os alunos da rede pública de ensino e os doentes da rede pública de saúde continuam expostos a um transporte conduzido por pessoas inabilitadas, outra alternativa não resta senão buscar no Poder Judiciário que o demandado seja compelido a regularizar as prestações de transportes nas áreas da educação e da saúde", disse o **promotor de justiça**.

**Site:**

<https://luiscardoso.com.br/maranhao/2021/01/mpma-requer-a-suspensao-de-motoristas-irregulares-que-atuam-na-saude-e-educacao-em-matoes/>

# Coren-MA pede providências contra médico acusado de estupro

*Jorge Aragão*

O Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão (Coren) solicitou, oficialmente, nesta quarta-feira, 13, ao **Ministério Público** do Maranhão, a apuração de um suposto caso de estupro que teria sido cometido pelo médico e policial militar Allan Xavier Dias contra uma profissional de enfermagem no Hospital Genésio Rêgo, em São Luís.

O ofício foi entregue pelo presidente do referido conselho, José Carlos Costa Araújo Júnior, ao procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau. De acordo com o documento, após ser vítima da violência sexual, na madrugada do último domingo, 10, a técnica de enfermagem denunciou o fato à Delegacia Especial da Mulher.

Após a conclusão do inquérito policial, os autos devem ser encaminhados para o **Ministério Público** do Maranhão. O presidente do Coren pediu empenho e seguimento da eventual Ação Penal.

O capitão da PM e médico chegou a ser preso, mas após a Audiência de Custódia foi colocado em liberdade, cerca de 24 horas depois de ser preso em flagrante.

**Site:**

<https://www.blogdojorgearagao.com.br/2021/01/13/coren-ma-pede-providencias-contr-medico-acusado-de-estupro/>



# Ministério Público já se prepara para atuar contra aglomerações no pré-carnaval do Maranhão

*Clodoaldo Correa*

O **Ministério Público** do Maranhão, que foi muito duro contra as festas de Réveillon no estado, já informou que tomará as mesmas medidas em relação ao período carnavalesco.

O órgão enviou nota informando que está planejando uma atuação de forma coordenada para impedir aglomerações antes e durante o período de Carnaval, assim como tem feito desde o início da pandemia. "Evitar a ocorrência de situações que favoreçam o aumento de casos de Covid-19 no estado é uma necessidade preeminente. O **Ministério Público** do Maranhão ressalta que, nos limites de suas atribuições, continuará atuando no sentido de proteger a saúde população maranhense", informou.

**Site:** <https://clodoaldocorrea.com.br/2021/01/ministerio-publico-ja-se-prepara-para-atuar-contr-aglomeracoes-no-pre-carnaval-do-maranhao/>

# MPMA requer a suspensão de motoristas irregulares que atuam na Saúde e Educação

**Caio Hostílio**

Por meio de **Ação Civil Pública**, proposta no dia 11 de janeiro, o **Ministério Público** do Maranhão requereu à Justiça que determine, em caráter liminar, a suspensão das atividades de todos os motoristas atrelados às secretarias municipais de Educação e de Saúde que não atendam aos requisitos exigidos pela legislação de trânsito para o transporte de pessoas.

Formulada pelo **promotor de justiça** Renato Ighor Viturno Aragão, a manifestação ministerial teve como alvo o Município de Matões e o prefeito Fernando Araújo Coutinho.

Em caso de atraso ou descumprimento da medida, foi sugerido o pagamento de multa no valor de R\$ 1 mil diários, no limite de até R\$ 100 mil, pelo Município de Matões e pelo prefeito Ferdinando Araújo.

## IRREGULARIDADES

A Promotoria de Justiça de Matões tomou conhecimento da situação irregular de motoristas que atuam nas secretarias municipais de Saúde e Educação, no transporte de pessoas, por meio de um ofício encaminhado pela Câmara de Vereadores.

Visando a apurar o caso, foram solicitadas informações à Prefeitura de Matões sobre as condições dos motoristas. Também foram requisitados mais dados à Câmara de Vereadores quanto às irregularidades apontadas.

Em resposta, a Câmara de Vereadores informou que o transporte de alunos nas localidades Laranjeiras, Buritirana, Santo Antônio, Santa Luzia, Pedreira, Buriti Frio, Mandacaru, Limoeiro e Barra da Ininga estava sendo realizado por meio de motoristas irregulares, bem como a condução da ambulância do SAMU.

Já a Prefeitura encaminhou cópias das carteiras de habilitação (CNH) dos motoristas pertencentes a cada secretaria.

Em seguida, o **Ministério Público** realizou a inspeção dos documentos apresentados, constatando que alguns dos motoristas estavam com categorias incompatíveis para a função, bem como não foram fornecidas informações relativas ao cometimento de

infração nos últimos meses e se eles fizeram cursos de especialização e de reciclagem em direção. Também foi percebida a existência de motoristas com carteiras vencidas.

Ao final, a Promotoria requereu a comprovação das qualificações técnicas e da regularização de todos os motoristas apresentados.

Em agosto de 2019 foi realizada uma audiência na sede da Promotoria de Justiça, em que foram ouvidos o secretário de Saúde e o chefe do transporte escolar, quando foram apontadas irregularidades nas documentações e nas informações profissionais de quatro motoristas vinculados à Secretaria Municipal de Saúde e de 13 condutores lotados na Secretaria de Educação.

No final do ano de 2019 o **Ministério Público** promoveu uma audiência pública para ouvir a população local, na qual foi apontada a falta de segurança nos veículos utilizados para o transporte de alunos da rede pública municipal, notadamente a atuação de motoristas que não possuem a perícia necessária para a condução dos alunos.

"O município de Matões foi inerte durante todo esse tempo e não teve interesse em solucionar o impasse em questão ou comprovar as suas ações. Considerando que os alunos da rede pública de ensino e os doentes da rede pública de saúde continuam expostos a um transporte conduzido por pessoas inabilitadas, outra alternativa não resta senão buscar no Poder Judiciário que o demandado seja compelido a regularizar as prestações de transportes nas áreas da educação e da saúde", disse o **promotor de justiça**.

**Site:** <https://caiohostilio.com/2021/01/13/mpma-requer-a-suspensao-de-motoristas-irregulares-que-atuam-na-saude-e-educacao/>

# Conselho de Enfermagem pede providências contra médico acusado de estupro

## *Caio Hostilio*

O Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão (Coren) solicitou, oficialmente, nesta quarta-feira, 13, ao **Ministério Público** do Maranhão, a apuração de um suposto caso de estupro que teria sido cometido pelo médico e policial militar Allan Xavier Dias contra uma profissional de enfermagem no Hospital Genésio Rêgo, em São Luís.

O ofício foi entregue pelo presidente do referido conselho, José Carlos Costa Araújo Júnior, ao procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau. De acordo com o documento, após ser vítima da violência sexual, na madrugada do último domingo, 10, a técnica de enfermagem denunciou o fato à Delegacia Especial da Mulher.

Após a conclusão do inquérito policial, os autos devem ser encaminhados para o **Ministério Público** do Maranhão. O presidente do Coren pediu empenho e seguimento da eventual Ação Penal.

**Site:** <https://caiohostilio.com/2021/01/13/conselho-de-enfermagem-pede-providencias-contr-medico-acusado-de-estupro/>

# MP-MA requer a suspensão de motoristas irregulares que atuam na Saúde e Educação

Por meio de **Ação Civil Pública**, proposta no dia 11 de janeiro, o **Ministério Público** do Maranhão requereu à Justiça que determine, em caráter liminar, a suspensão das atividades de todos os motoristas atrelados às secretarias municipais de Educação e de Saúde que não atendam aos requisitos exigidos pela legislação de trânsito para o transporte de pessoas.

Formulada pelo **promotor de Justiça** Renato Ighor Viturno Aragão, a manifestação ministerial teve como alvo o município de Matões e o prefeito Fernando Araújo Coutinho.

Em caso de atraso ou descumprimento da medida, foi sugerido o pagamento de multa no valor de R\$ 1.000 diários, no limite de até R\$ 100 mil, pelo município de Matões e pelo prefeito Ferdinando Araújo.

## Irregularidades

A Promotoria de Justiça de Matões tomou conhecimento da situação irregular de motoristas que atuam nas secretarias municipais de Saúde e de Educação, no transporte de pessoas, por meio de um ofício encaminhado pela Câmara de Vereadores.

Visando a apurar o caso, foram solicitadas informações à Prefeitura de Matões sobre as condições dos motoristas. Também foram requisitados mais dados à Câmara de Vereadores quanto às irregularidades apontadas.

Em resposta, a Câmara de Vereadores informou que o transporte de alunos nas localidades Laranjeiras, Buritirana, Santo Antônio, Santa Luzia, Pedreira, Buriti Frio, Mandacaru, Limoeiro e Barra da Ininga estava sendo realizado por meio de motoristas irregulares, bem como a condução da ambulância do Samu.

Já a prefeitura encaminhou cópias das carteiras de habilitação (CNH) dos motoristas pertencentes a cada secretaria.

Em seguida, o **Ministério Público** realizou a inspeção dos documentos apresentados, constatando que alguns dos motoristas estavam com categorias incompatíveis para a função, bem como não foram fornecidas informações relativas ao cometimento de infração nos últimos meses e se eles fizeram cursos de especialização e de reciclagem em direção.

Também foi percebida a existência de motoristas com carteiras vencidas.

Ao término, a Promotoria requereu a comprovação das qualificações técnicas e da regularização de todos os motoristas apresentados.

Em agosto de 2019, foi realizada uma audiência na sede da Promotoria de Justiça, em que foram ouvidos o secretário de Saúde e o chefe do Transporte Escolar, quando foram apontadas irregularidades nas documentações e nas informações profissionais de quatro motoristas vinculados à Secretaria Municipal de Saúde e de 13 condutores lotados na Secretaria de Educação.

No fim do ano de 2019, o **Ministério Público** promoveu uma audiência pública para ouvir a população local, na qual foi apontada a falta de segurança nos veículos utilizados para o transporte de alunos da rede pública municipal, notadamente a atuação de motoristas que não possuem a perícia necessária para a condução dos alunos.

"O município de Matões foi inerte durante todo esse tempo e não teve interesse em solucionar o impasse em questão ou comprovar as suas ações. Considerando que os alunos da rede pública de ensino e os doentes da rede pública de saúde continuam expostos a um transporte conduzido por pessoas inabilitadas, outra alternativa não resta senão buscar no Poder Judiciário que o demandado seja compelido a regularizar as prestações de transportes nas áreas da educação e da saúde", disse o **promotor de Justiça**.

(Informações do MP-MA)

Site: <http://www.blogdomarcial.com/2021/01/mp-ma-requer-suspensao-de-motoristas.html>

# MP pede suspensão de motoristas irregulares da Saúde e Educação em Matões

O **Ministério Público** do Maranhão requereu à Justiça que determine, em caráter liminar, a suspensão das atividades de todos os motoristas atrelados às secretarias municipais de Educação e de Saúde que não atendam aos requisitos exigidos pela legislação de trânsito para o transporte de pessoas.

A Ação, formulada pelo **promotor de Justiça** Renato Ighor Viturno Aragão, teve como alvo o Município de Matões e o prefeito Fernando Araújo Coutinho e, em caso de atraso ou descumprimento, foi sugerido o pagamento de multa no valor de R\$ 1 mil diários, no limite de até R\$ 100 mil.

A Promotoria tomou conhecimento da situação irregular de motoristas que atuam nas secretarias municipais de Saúde e Educação, no transporte de pessoas, por meio de um ofício encaminhado pela Câmara de Vereadores.

Visando a apurar o caso, foram solicitadas informações à Prefeitura de Matões sobre as condições dos motoristas. Também foram requisitados mais dados à Câmara de Vereadores quanto às irregularidades apontadas.

Em resposta, a Câmara de Vereadores informou que o transporte de alunos nas localidades Laranjeiras, Buritirana, Santo Antônio, Santa Luzia, Pedreira, Buriti Frio, Mandacaru, Limoeiro e Barra da Ininga estava sendo realizado por meio de motoristas irregulares, bem como a condução da ambulância do SAMU.

Já a Prefeitura encaminhou cópias das carteiras de habilitação (CNH) dos motoristas pertencentes a cada secretaria.

Em seguida, o **Ministério Público** realizou a inspeção dos documentos apresentados, constatando que alguns dos motoristas estavam com categorias incompatíveis para a função, bem como não foram fornecidas informações relativas ao cometimento de infração nos últimos meses e se eles fizeram cursos de especialização e de reciclagem em direção. Também foi percebida a existência de motoristas com carteiras vencidas.

Ao final, a Promotoria requereu a comprovação das qualificações técnicas e da regularização de todos os motoristas apresentados.

Em agosto de 2019 foi realizada uma audiência na sede da Promotoria de Justiça, em que foram ouvidos o secretário de Saúde e o chefe do transporte escolar, quando foram apontadas irregularidades nas documentações e nas informações profissionais de quatro motoristas vinculados à Secretaria Municipal de Saúde e de 13 condutores lotados na Secretaria de Educação.

No final do ano de 2019 o **Ministério Público** promoveu uma audiência pública para ouvir a população local, na qual foi apontada a falta de segurança nos veículos utilizados para o transporte de alunos da rede pública municipal, notadamente a atuação de motoristas que não possuem a perícia necessária para a condução dos alunos.

**Site:** <https://blogdominard.com.br/2021/01/mp-pede-suspensao-de-motoristas-irregulares-da-saude-e-educacao-em-matoes/>

# MPMA recebe plano municipal de vacinação contra covid-19 de São Luís

*Eduardo Ericeira*

O **Ministério Público** do Maranhão recebeu, oficialmente, na manhã desta terça-feira, 12, o Plano Municipal de Vacinação contra a Covid-19 de São Luís. O documento foi recebido pela promotora de justiça de **Defesa da Saúde**, Glória Mafra, do secretário municipal de Saúde, Joel Nunes Júnior.

A titular da 2ª Promotoria de Justiça de **Defesa da Saúde** aproveitou a reunião com o gestor municipal e a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde (Semus) para debater aspectos do plano de vacinação e esclarecer dúvidas sobre a logística e conservação dos imunizantes.

Durante o encontro, foram debatidas as estratégias de vacinação, armazenamento, estrutura dos postos e salas de vacinação, sistema de informação, monitoramento, supervisão, avaliação, insumos e materiais, gerenciamento de resíduos, segurança, recursos humanos, ações de comunicação e divulgação, conectividade das salas e postos para alimentação do sistema do Ministério da Saúde.

Também participaram da reunião o secretário-adjunto de Ações e Serviços de Saúde, Egidio Ribeiro; a superintendente de Assistência à Rede à Saúde, Mágila Santos; a superintendente de Vigilância Epidemiológica e Sanitária, Teresinha Dutra Lobo; a coordenadora de Imunização, Charlene Luso; e o coordenador do Laboratório Central do Município de São Luís, Luiz Fernando Ramos.

**Site:**

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/01/mpma-recebe-plano-municipal-de.html>

# MP vai monitorar festas pré-carnavalescas e de carnaval no Maranhão

*Eduardo Ericeira*

O **Ministério Público** do Maranhão emitiu Nota confirmando que vai monitorar festas durante o período de pré-carnaval e carnaval deste ano.

Vale lembrar que não haverá oficialmente a festividade, a suspensão ocorreu em todo o país, por conta da pandemia ainda evidente provocada pelo novo coronavírus.

Pessoas continuam sendo infectadas, vidas perdidas para a covid-19 e o Governo Federal ainda não tem data definida para início da vacinação.

**Site:**

***<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/01/mp-vai-monitorar-festas-pre.html>***

# MP já se prepara para impedir pré-Carnaval e Carnaval no Maranhão

*gilbertoleda*

O **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**) emitiu hoje (13) uma nota oficial para informar sobre ações no período carnavalesco em todo o estado.

Segundo o órgão, haverá uma atuação conjunta das promotorias para impedir aglomerações no pré-Carnaval e no Carnaval.

NOTA

O **Ministério Público** do Maranhão, reforçando seu papel de defesa dos direitos da população e respeitando a independência funcional de cada membro, informa que está planejando uma atuação de forma coordenada para impedir aglomerações antes e durante o período de Carnaval, assim como tem feito desde o início da pandemia. Esclarece ainda que evitar a ocorrência de situações que favoreçam o aumento de casos de Covid-19 no estado é uma necessidade preeminente. O **Ministério Público** do Maranhão ressalta que, nos limites de suas atribuições, continuará atuando no sentido de proteger a saúde população maranhense.

**Site:** <https://gilbertoleda.com.br/2021/01/13/mp-ja-se-prepara-para-impedir-pre-carnaval-e-carnaval-no-maranhao/>



# Conselho de Enfermagem pede providências contra médico acusado de estupro

*gilbertoleda*

O Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão (Coren) solicitou, oficialmente, nesta quarta-feira, 13, ao **Ministério Público** do Maranhão, a apuração de um suposto caso de estupro que teria sido cometido pelo médico e policial militar Allan Xavier Dias contra uma profissional de enfermagem no Hospital Genésio Rêgo, em São Luís ( saiba mais ).

O ofício foi entregue pelo presidente do referido conselho, José Carlos Costa Araújo Júnior, ao procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau. De acordo com o documento, após ser vítima da violência sexual, na madrugada do último domingo, 10, a técnica de enfermagem denunciou o fato à Delegacia Especial da Mulher.

Após a conclusão do inquérito policial, os autos devem ser encaminhados para o **Ministério Público** do Maranhão. O presidente do Coren pediu empenho e seguimento da eventual Ação Penal.

**Site:** <https://gilbertoleda.com.br/2021/01/13/conselho-de-enfermagem-pede-providencias-contr-medico-acusado-de-estupro/>

# Ministério Público se planeja para atuar contra pré-Carnaval e Carnaval no Maranhão

*John Cutrim*

O **Ministério Público** do Maranhão, reforçando seu papel de defesa dos direitos da população e respeitando a independência funcional de cada membro, informa que está planejando uma atuação de forma coordenada para impedir aglomerações antes e durante o período de Carnaval, assim como tem feito desde o início da pandemia. Esclarece ainda que evitar a ocorrência de situações que favoreçam o aumento de casos de Covid-19 no estado é uma necessidade preeminente. O **Ministério Público** do Maranhão ressalta que, nos limites de suas atribuições, continuará atuando no sentido de proteger a saúde população maranhense.

**Site:** <https://johncutrim.com.br/ministerio-publico-se-planeja-para-atuar-contrapre-carnaval-e-carnaval-no-maranhao/>

# Conselho de Enfermagem pede providências contra médico acusado de estupro em hospital de São Luís

*John Cutrim*

O Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão (Coren) solicitou, oficialmente, nesta quarta-feira, 13, ao **Ministério Público** do Maranhão, a apuração de um suposto caso de estupro que teria sido cometido pelo médico e policial militar Allan Xavier Dias contra uma profissional de enfermagem no Hospital Genésio Rêgo, em São Luís.

O ofício foi entregue pelo presidente do referido conselho, José Carlos Costa Araújo Júnior, ao procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau. De acordo com o documento, após ser vítima da violência sexual, na madrugada do último domingo, 10, a técnica de enfermagem denunciou o fato à Delegacia Especial da Mulher.

Após a conclusão do inquérito policial, os autos devem ser encaminhados para o **Ministério Público** do Maranhão. O presidente do Coren pediu empenho e seguimento da eventual Ação Penal.

**Site:** <https://johncutrim.com.br/conselho-de-enfermagem-pede-providencias-contra-medico-acusado-de-estupro-em-hospital-de-sao-luis/>

# Prefeitos decretam estado de calamidade

O prefeito eleito de Porto Franco, Deoclides Macedo (PDT), editou Decreto na última, segunda-feira (11) que prorroga por 180 dias o **estado** de calamidade pública devido à pandemia da covid-19. Segundo o último boletim epidemiológico da Secretaria de **Estado da Saúde do Maranhão** (SES), o **município** conta atualmente com 886 casos confirmados, 14 óbitos e a taxa de letalidade é de 1,58%. Por conta do número de casos da doença e da situação que o **município** atravessa o atendimento ao público pela prefeitura está suspenso até a próxima segunda-feira (18).

Segundo Deoclides Macedo, um dos primeiros **problemas** que terá que resolver nesta gestão é a situação de **estado** de abandono que Porto Franco se encontra. Em seu Decreto o prefeito alega que a cidade está passando por uma crise muito séria e que para isso teve que tomar algumas medidas emergenciais para tentar colocar a casa em ordem. "Estamos enfrentando é o **estado** caótico de extrema desorganização e abandono administrativo que encontramos ao assumirmos a prefeitura. Para não pararmos o trabalho, desde o dia 4 de janeiro estamos trabalhando internamente, para que possamos atender de forma emergencial, e da melhor forma possível, às necessidades da população. O atendimento ao público voltará a partir do dia 18 de janeiro. Conto com a compreensão de todos neste grave momento pelo qual passamos", diz um trecho do documento .

Deoclides Macedo que elegeu-se deputado estadual em 1998, em 2002 foi candidato a vice-governador na chapa de Jackson Lago sem obter êxito está em seu quarto mandato como prefeito de Porto Franco. Nesta legislatura ele foi eleito com 58,96% dos votos com 8.283 votos no total para os próximos quatro anos. O candidato derrotou Dr Nelson, que ficou em segundo lugar com 40,78% (5.729 votos). Deoclides Macedo tem 58 anos, é casado, tem superior completo e declara ao TSE a ocupação de advogado. Ele tem um patrimônio declarado de R\$ 510.933,58. O prefeito eleito vai comandar o **município** ao lado da sua vice Ivana da Farmácia, do PL, que tem 37 anos.

Assim como Deoclides Macedo, na semana passada, o prefeito eleito de Imperatriz Assis Ramos, já havia assinado um novo Decreto em dezembro do ano passado, mantendo o **estado** de calamidade pública na segunda maior cidade do **Maranhão**.

Diferente do primeiro, decretado no início da pandemia no ano passado, desta vez os servidores do grupo de risco foram autorizados a voltarem às suas atividades

após meses afastados.

O novo Decreto informa que os servidores em situação mais vulnerável pode solicitar mais tempo de afastamento mediante atestado médico que deve apresentar as condições de **saúde** do funcionário, além de justificativa e prazo para afastamento o que não impede o trabalho em regime remoto. A cidade da Região Tocantina conta atualmente com 8.645 casos confirmados e 4010 óbitos.

Vale lembrar que em junho de 2020 que Assembleia Legislativa do **Maranhão** reconheceu os projetos de Decreto Legislativo que já tinham pareceres aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a situação de **estado** de calamidade pública nos municípios de: São Pedro da Água Branca, Vila Nova Dos Martírios, São Bento, Gonçalves Dias, Senador La Rocque, Afonso Cunha, Pedro do Rosário, Itapecuru-Mirim, Pastos Bons, Governador Archer, Central, Aldeia Altas, Apicum Açú e Governador Eugênio Barros.

**Site:**

<https://banca.oimparcial.com.br/oimparcial/2021/01/39905/>

# Ex-Prefeito de Nova Olinda é condenado por ausência de prestação de contas

O ex-prefeito de Nova Olinda do Maranhão, Delmar Silveira Sobrinho, teve sentença desfavorável proferida pelo Judiciário em Santa Luzia do Paruá.

Ele é réu em ação de **improbidade administrativa** movida pelo Município de Nova Olinda. O ex-gestor estava sendo acusado de ausência de prestação de contas referente ao ano de 2016, quando era prefeito, bem como de não entregar os documentos essenciais às contas do Município. A ação teve o objetivo de apurar a conduta do requerido consistente na omissão no dever de encaminhar para a Secretaria do Tesouro Nacional as contas anuais, alusivas ao exercício financeiro de 2016.

Alega o requerente que o gestor público tem a obrigação de encaminhar, para a consolidação das contas anuais do exercício anterior, até 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício, via Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), o que não foi feito pelo requerido, na condição de Prefeito de Nova Olinda do Maranhão. Ressalta o requerente que a omissão culminou em restrição à União e ao Estado do Maranhão, com suspensão de repasses de verbas públicas.

Destaca a ação, ainda, que o ex-prefeito também não deixou no acervo municipal documentos a viabilizar o encaminhamento das contas anuais pela nova gestão, pedindo, ao final, a condenação do requerido nas penas da Lei de **Improbidade Administrativa**. Quando notificado, o requerido não apresentou a defesa preliminar.

Em outro momento, o requerido apresentou a contestação alegando, de forma genérica, a ausência de dolo específico, de prejuízo ao erário ou a obtenção de vantagem para si, não havendo, portanto, o que falar em ato de **improbidade administrativa**, pedindo pela improcedência dos pedidos.

"No caso em julgamento, a ação tem como fundamento a conduta ímproba do artigo 11, da Lei de **Improbidade Administrativa**, por ter o requerido deixado de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, qual seja, a prestação de contas anuais via SICONFI, relativas ao exercício financeiro de 2016", observa a sentença.

E segue: "(...) E, da análise dos documentos do processo, em especial, o documento resultado de pesquisa de pendências do junto ao Tesouro Nacional, alusivas ao Município de Nova Olinda do Maranhão, ficou comprovado que o responsável à época, ora requerido, deixou de encaminhar as contas anuais relativas ao exercício financeiro do ano de 2016 via SISTN/SOCINFI", citando a Lei de Responsabilidade Fiscal, a LRF.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL A sentença explica que a LRF determina a todos os Entes da Federação o encaminhamento à União das contas anuais, para efeito de consolidação e divulgação, cujo descumprimento implica em sanção institucional com o impedimento de realização de transferências voluntárias e contrate operações de crédito, dentre outras penalidades, inclusive de ordem pessoal.

"O descumprimento dos prazos previstos em artigo da Lei de Responsabilidade Fiscal impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária", pontua.

Para a Justiça, o dever de probidade significa que o administrador deve agir com moralidade e honestidade no desempenho de suas atividades, ou seja, a gestão de bens e interesses da coletividade não deve ser entendida apenas sob o aspecto financeiro, como também pela correção de intenções e do comportamento dos agentes públicos. "De fato, o princípio da moralidade impõe ao administrador não somente uma atuação legal, pautada nos exatos termos da lei, mas também, uma atuação caracterizada pela obediência à ética, à boa-fé e à honestidade (...) No caso em tela, denota-se que o ex-prefeito não encaminhou as contas anuais para possibilitar a consolidação das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, via SISTN/SICONFI, quando tinha o dever legal de agir, ferindo o princípio da legalidade, moralidade, eficiência e publicidade, revelando imperiosa a condenação daquele que o pratica, nas penas da Lei de **Improbidade Administrativa**", enfatiza a sentença.

E finaliza: "Diante de todos os fatos expostos, há de se julgar procedente o pedido, condenando o ex-prefeito

por ter deixado de encaminhar as constas anuais para a união no prazo previsto, sendo impostas a ele as seguintes sanções: Suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 03 (três) anos, condenando-o ao pagamento de multa civil no valor de 05 (cinco) vezes o valor da remuneração percebida no ano de 2016, no cargo de Prefeito, em homenagem aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, além de proibição de contratar com o Poder Público pelo mesmo prazo, ainda que por meio de pessoa jurídica da qual seja sócio". (Asscom - Corregedoria Geral da Justiça)

**Site:** <https://oprogressonet.com/edicao-digital/196/o-progresso--13-de-janeiro-de-2021>

# Delmar Sobrinho é condenado por não apresentar prestação de contas em Nova Olinda

O ex-prefeito de Nova Olinda do Maranhão, Delmar Silveira Sobrinho, teve sentença desfavorável proferida pelo Judiciário em Santa Luzia do Paruá. Ele é réu em ação de **improbidade administrativa** movida pelo Município de Nova Olinda.

O ex-gestor estava sendo acusado de ausência de prestação de contas referente ao ano de 2016, quando era prefeito, bem como de não entregar os documentos essenciais às contas do Município. A ação teve o objetivo de apurar a conduta do requerido consistente na omissão no dever de encaminhar para a Secretaria do Tesouro Nacional as contas anuais, alusivas ao exercício financeiro de 2016.

Alega o requerente que o gestor público tem a obrigação de encaminhar, para a consolidação das contas anuais do exercício anterior, até 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício, via Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), o que não foi feito pelo requerido, na condição de Prefeito de Nova Olinda do Maranhão. Ressalta o requerente que a omissão culminou em restrição à União e ao Estado do Maranhão, com suspensão de repasses de verbas públicas.

Destaca a ação, ainda, que o ex-prefeito também não deixou no acervo municipal documentos a viabilizar o encaminhamento das contas anuais pela nova gestão, pedindo, ao final, a condenação do requerido nas penas da Lei de **Improbidade Administrativa**. Quando notificado, o requerido não apresentou a defesa preliminar.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

**Site:**

**<http://www.netoferreira.com.br/poder/2021/01/delmar-sobrinho-e-condenado-por-nao-apresentar-prestacao-de-contas-em-nova-olinda/>**

# Polícia Civil cumpre mandados de busca e apreensão por apropriação de bens públicos em Morros, Axixá e Icatu

*Paulo Roberto*

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da 1ª Delegacia Regional de Rosário, na manhã desta quarta-feira (13), deflagrou uma operação para cumprimento de 4 mandados de busca e apreensão por decisão da Vara Única da Comarca de Morros, contra investigados envolvidos em suspeitas de prática de irregularidades em desvio e apropriação de bens públicos municipais.

Os alvos da operação foram residências localizadas nas cidades de Morros, Axixá e Icatu, endereços de quatro pessoas físicas alvos da investigação, dentre elas, ex-prefeito e ex-secretários municipais. Na ocasião, os policiais apreenderam documentos, bens e instrumentos destinados ao aprofundamento das investigações em curso.

As investigações policiais detectaram a subtração e ocultação de diversos bens municipais tais como: tratores, toneladas de brita, motores de rabeta, roçadeiras, caixas d'água, GPS, betoneiras, filmadoras, máquinas fotográficas, notebooks, pendrives, barcos e equipamentos de pesca, maquinário, materiais de construção, equipamentos eletrônicos, HDs, CPUs das Secretarias de Administração, Finanças e Setor de Compras. Vários bens desses inclusive foram doados pelo Governo do Estado às prefeituras.

Após parecer favorável do **Ministério Público**, a Justiça Estadual autorizou todas as diligências propostas, visando instruir a investigação em torno dos crimes em apuração. A Polícia Civil ainda informou que existe ainda **Ação Civil Pública** em que aponta a insurgência de um ex-prefeito em proceder à imediata transição de governo, fornecendo dados e documentos necessários à próxima gestão, nos termos de Recomendação do **Ministério Público**.

**Site:** <https://blogdopauloroberto.com.br/2021/01/policia-civil-cumpre-mandados-de-busca-e-apreensao-por-apropriacao-de-bens-publicos-em-morros-axixa-e-icatu/>



# Ex-prefeito e secretários de 3 cidades na mira da PCMA por desvios e apropriação

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da 1ª Delegacia Regional de Rosário, nesta quarta-feira (13), deflagrou uma operação para cumprimento de 4 mandados de busca e apreensão por decisão da Vara Única da Comarca de Morros, contra investigados envolvidos em suspeitas de prática de irregularidades em desvio e apropriação de bens públicos municipais.

Os alvos da operação foram residências localizadas nas cidades de Morros, Axixá e Icatu, endereços de quatro pessoas físicas alvos da investigação, dentre elas, o ex-prefeito Sidrack Feitosa (Morros) e ex-secretários municipais. Na ocasião, os policiais apreenderam documentos, bens e instrumentos destinados ao aprofundamento das investigações em curso.

As investigações policiais detectaram a subtração e ocultação de diversos bens municipais tais como: tratores, toneladas de brita, motores de rabeta, roçadeiras, caixas d'água, GPS, betoneiras, filmadoras, máquinas fotográficas, notebooks, pendrives, barcos e equipamentos de pesca, maquinário, materiais de construção, equipamentos eletrônicos, HDs, CPUs das Secretarias de Administração, Finanças e Setor de Compras. Vários bens desses inclusive foram doados pelo Governo do Estado às prefeituras.

Após parecer favorável do **Ministério Público**, a Justiça Estadual autorizou todas as diligências propostas, visando instruir a investigação em torno dos crimes em apuração. A Polícia Civil ainda informou que existe ainda **Ação Civil Pública** em que aponta a insurgência de um ex-prefeito em proceder à imediata transição de governo, fornecendo dados e documentos necessários à próxima gestão, nos termos de Recomendação do **Ministério Público**.

**Site:** <https://blogdominard.com.br/2021/01/ex-prefeito-e-secretarios-de-3-cidades-sao-alvos-da-pcma-por-desvios-e-apropriacao/>